



# Anais da Assembléia

Nº 71

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE MAIO DE 1992

ANO XV-III

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**  
1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**  
2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**  
1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**  
2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**  
3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**  
4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado **ORLANDO PESSUTI**  
PRN ..... Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**  
PFL ..... Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**  
PDT ..... Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**  
PTB ..... Deputado **ERONDY SILVÉRIO**  
PSDB ..... Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**  
PT ..... Deputado **ERNANI PUDELL**  
PL ..... Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**  
PST ..... Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelfino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kliese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - Suplentes: Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - Suplentes **PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volkmir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Mala de Oliveira - Suplentes: Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - Suplentes: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - Suplentes: José Bolko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Suplentes: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (\*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 51.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Colombino Grassano, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Elío Rusch, José Alves, Neivo Beraldin e Orlando Pessuti (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 37/92

Curitiba, 21 de maio de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei, dispondo que as multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito, deverão ser recolhidas ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, como receita própria da Autarquia, cujos recursos, mensalmente, serão depositados no Banco do Estado do Paraná, à conta do Fundo de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN. Dispõe, ainda, que a

tabela de serviços referida no art. 25, da Lei nº 7811, de 29 de dezembro de 1983, alterada pelo art. 1º, da Lei nº 8067, de 28 de dezembro de 1984 e pelo art. 1º, da Lei nº 9500, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar conforme específica, cujas taxas serão igualmente recolhidas diretamente ao DETRAN/PR, constituindo receita própria da Autarquia, excetuando o percentual de 10% (dez por cento) dessa origem de receita, que será repassado, mensalmente, à Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Em harmonia com mandamentos constitucionais, o Plano de Lei em causa prevê que as disposições do art. 2º (alteração da tabela de taxas pelos serviços do DETRAN/PR), produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro de 1993. As demais normas legais propostas terão eficácia a partir de quando a medida tornar-se lei.

A proposição ora formulada à essa augusta Casa de Leis, consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pelo Departamento Estadual de Trânsito, Secretaria de Estado da Segurança Pública, Secretaria de Estado da Fazenda e Procuradoria Geral do Estado. Tal medida legal consulta aos superiores interesses da Administração, eis que as pretendidas alterações virão ensejar condições no sentido de tornar mais ágeis, seguros e eficientes os serviços afetos àquela Autarquia, trazendo, indubitavelmente, expressivos benefícios à Comunidade que recolhe tais espécies de tributos.

Oferecendo maior detalhamento quanto aos aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, é feita anexação de cópia autêntica do Ofício nº 038/91, firmado pelo Diretor-Geral do DETRAN/PR.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito deverão ser recolhidas diretamente ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, e se constituirão em receita própria da Autarquia.

Parágrafo Único - Mensalmente serão depositados pelo DETRAN/PR, no Banco do Estado do Paraná, à conta do Fundo de Reequipamento de Trânsito - FUNRESTRAN, os recursos a que se refere este artigo.

Art. 2º - A tabela de serviços a que se refere o art. 25 da Lei nº 7811, de 29 de dezembro de 1983, alterada pelo art. 1º

da Lei nº 8067, de 28 de dezembro de 1984 e pelo art. 1º da Lei nº 9500, de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar com as alterações contidas no Anexo desta lei.

§ 1º - As taxas de serviços de que trata o Anexo referido no "caput" deste artigo serão recolhidas diretamente pelo Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, e se constituirão em receita própria da Autarquia, excetuando o percentual de 10% (dez por cento) que se destinará a programas de Assistência ao Menor, que deverá ser re-

passado, mensalmente, à Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

§ 2º - Os valores constantes do Anexo referido no "caput" deste artigo, serão atualizados mensalmente, de acordo com a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou com outro índice que a venha substituir.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo que o disposto no art. 2º produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1993. Revogam-se as disposições em contrário.

# Anexo de que trata o art. 2º

## TABELA DE SERVIÇOS DETRAN

CODIGO	FATO GERADOR	VALOR UFIR
1	HABILITAÇÃO	
1.1	Emissão de CNH (1ª e 2ª via);	16,00
1.2	Autorização para conduzir veículo (licença para Estrangeiro);	10,00
1.3	Exame Prático de Direção;	5,00
1.4	Exame de Legislação;	5,00
1.5	Licença de aprendizagem de direção veicular (Carteira de Aprendizagem);	5,00
1.6	Beneficiário do artigo 145 do RCNT;	16,00
1.7	Perícia Técnica e Médica Especial;	30,00
1.8	Registro de Escola de Formação de Condutores (por Escola);	50,00
1.9	Credenciamento de Instrutor de Escola de Formação de Condutores (por Instrutor);	50,00
1.10	Renovação Anual de Escola de Formação de Condutores (por Escola);	24,00
1.11	Renovação Anual de Credenciamento de Instrutor (por Instrutor);	24,00
1.12	Curso para Diretores de Escola de Formação de Condutores (por Candidato);	32,00
1.13	Curso para Instrutor de Escola de Formação de Condutores (por Candidato);	132,00
1.14	Exames Psicopedagógicos (por Diretor e por Instrutor);	20,00
1.15	Reabilitação;	20,00
1.16	Alteração de Dados;	5,00
1.18	Reativação de CNH;	10,00
1.19	Averbação de CNH;	5,00
1.20	Exame de Sanidade Física e Mental;	5,00
1.21	Exame Psicotécnico;	10,00
1.22	Histórico do Prontuário do Condutor;	10,00
1.23	Cópia de Prontuário da CNH;	10,00
1.24	Certidões;	10,00
1.25	Assinatura do Manual de Proced. de Serviços;	30,00
	Renovação Anual de Assinatura do Manual de Procedimentos de Serviços;	7,00
2	VEICULOS	
2.1	Primeiro Registro de Veículo;	16,00
2.2	Emissão da CRV (1ª e 2ª via);	8,00
2.3	Alteração de características (cor, carroceria, combustível, 3º eixo, remarcação de chassi, adaptações e protótipos);	8,00
2.4	Alteração de Categoria;	8,00
2.5	Transferência de Município;	8,00
2.6	Transferência de Propriedade;	10,00
2.7	Mudança de Registro Cadastral por Desistência de Transferência;	8,00
2.8	Reativação;	8,00
2.9	Alteração de Dados;	5,00
2.10	Inclusão ou Liberação de Gravame (Alienação Fiduciária);	8,00

2.11	Baixa de Veículo (perda total ou transferência definitiva do País);	
2.12	Cópia de Prontuário de Veículo (1ª e 2ª via);	10,00
2.13	Credenciamento de Despachante, Preposto e Representante de Firmas, (por Despachante, por Preposto e por Representante);	10,00
2.14	Renovação Anual de Despachante e Representante de Firmas (por Despachante, por Representante);	40,00
2.15	Renovação Anual de Preposto (por Preposto);	30,00
2.16	Vistoria;	15,00
2.17	Vistoria Domiciliar;	2,00
2.18	Lacre;	5,00
2.19	Licença de Pára-Brisa (por dia);	2,00
2.20	Autenticações;	2,00
2.21	Boletim de Ocorrência;	2,00
2.22	Registro de Ocorrência de Acidentes;	4,00
2.23	Perícia de Acidentes;	3,00
2.24	Nada Consta de Multa;	8,00
2.25	Licenciamento (1ª e 2ª via);	8,00
2.26	Autorização prévia para Alteração de Característica;	8,00
2.27	Autorização para confecção de Placas (experiência e fabricante);	2,00
2.28	Estada no Pátio (por dia);	2,00
2.29	Serviço de Remoção;	4,00
2.29.1	Ciclomotor, motocicleta, motoneta e triciclo;	8,00
2.29.2	Automóvel, buggy, camioneta, furgão, jipe e pick-up;	10,00
2.29.3	Microônibus, ônibus, caminhão e cavalo mecânico;	15,00
2.30	Expediente;	2,00
2.31	Curso de Formação de Despachante (por candidato);	50,00
2.32	Certidões;	8,00
2.33	Emissão RDPO;	8,00
2.34	Assinatura do Manual de Procedimentos de Serviços;	30,00
2.35	Renovação Anual da Assinatura do Manual de Procedimentos de Serviços.	7,00

A Diretoria Legislativa.

# ESTADO DO PARANA

Secretaria de Estado da Segurança Pública  
Departamento de Trânsito

AP.Of. n° 038/91

Curitiba, 21 de junho de 1991.

Senhor Secretário.

Solicitamos a interveniência de Vossa Excelência junto ao Senhor Governador, no sentido de que o DETRAN passe a recolher diretamente as taxas por atos do DETRAN (Fonte 30) e multas por infração ao Código Nacional de Trânsito (Fonte 28). Lembramos ser este o momento oportuno para tal reivindicação devido a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, por parte da Assembléia Legislativa do Estado.

A referida solicitação é fundamental para que a Autarquia não comprometa ainda mais sua administração, pois a arrecadação do Órgão tem como objetivo beneficiar a comunidade que as recolhe, através da prestação de serviços ágeis, seguros e eficientes, e não como os de hoje.

Face a atual sistemática de recolhimento, o DETRAN arrecada via Tesouro do Estado, apresentando a seguinte situação até maio/91:

Taxas		Multas
Arrecadado	742.308,647	344.629.601
Repassado	265.806.529	83.040.000
Perc. repassado	35,8%	24,1%

## Despesas até Maio/91

Pessoal	265.529.000
Contratos	
(CELEPAR, Correios. etc.)	290.000.000
Outros Custeios	30.000.000
Total	585.529.000

Como ficou demonstrado, o DETRAN recebeu efetivamente do arrecadado somente 34,9% em relação as taxas e 24,1% das multas, o que compromete as atividades do Órgão, pois todos os custos operacionais para a prestação de serviços já executados, bem como para gerar as receitas já recolhidas, são nossos e os repasses não dão a devida cobertura, e quando há repasses, os mesmos vêm sem correção, transformando-os em inadimplentes, mas com recursos arrecadados e disponíveis no Tesouro do Estado.

Acreditamos também, que as transferências efetuadas para atendimento de despesas correntes e de Capital, oriundas da Fonte 30, considerada aleatória, cria ôbi-

ces técnicos, pois os repasses são efetivados nas Fontes 00 - Tesouro e 30 - Capital do orçamento da Autarquia, redundando em compensações e/ou transformações de Fontes, a nível das Secretarias de Estado da Fazenda e Planejamento, o que sem dúvida burocratiza e prejudica ainda mais as liberações de recursos, que certamente não correspondem a uma programação racional de gastos.

Outrossim, gostaríamos de lembrar que em relação a arrecadação das multas por infração ao Código Nacional de Trânsito (Fonte 28), o Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN, tem a seguinte destinação: 60% para a Polícia Militar do Paraná - PMPR e 40% para o Departamento de Trânsito - DETRAN, que fica com todos os custos operacionais (cadastros, guias, devoluções, pessoal, etc.).

A descentralização da receita procedente das multas por infração ao Código Nacional de Trânsito (fonte 28), atualmente recolhidas ao Tesouro Geral do Estado ocasionam também problemas com relação aos repasses de recursos, pois a programação de trabalho do FUNRESTRAN para investimentos, sofre considerável demora. Por outro lado, do ponto de vista da origem desta receita, embora tenha destinação específica para atendimento de despesas de Capital, entendemos que pela sua característica, estes recursos constituiriam receitas descentralizadas, cuja arrecadação e gerenciamento ficaria a cargo do DETRAN, como intermediário direto do FUNRESTRAN.

Lembramos ainda, que em relação ao Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA, ocorre a mesma situação, ou seja, a Autarquia mantém o sistema de recolhimento através do Licenciamento Anual, sem que a mesma não tenha qualquer participação na parcela referente ao Estado.

Para tanto, Senhor Secretário, a solicitação do DETRAN em arrecadar diretamente, é de suma importância, pois a Autarquia quer cumprir as Diretrizes do Governo, como descentralização dos serviços na Capital e interior, moralização dos serviços, eficiência e melhoria do salário dos seus funcionários, o que, com certeza, poderia ser feito se a reivindicação do pleito fosse atendida, visto que a reivindicação de fato é nossa, faltando somente ser de direito.

Para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, nos colocamos a disposição, sendo o que se apresenta para o momento, externamo-lhe votos de estima e real apreço.

(a) FRANCISCO DELIBERADOR NETO  
Diretor Geral

Exmo. Sr.

José Moacir Favetti  
Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública - SESP  
N/Capital

MENSAGEM Nº 38/92

Curitiba, 21 de maio de 1992.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva modificar a redação dos incisos II, do art. 4º, da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, alterada pelas Leis nºs 9.166, de 27 de dezembro de 1989 e 9.886, de 26 de dezembro de 1991, que versam sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O Plano de Lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Casa, decorre da necessidade de adotar-se medidas que propiciem suporte financeiro face às constantes perdas do nível de arrecadação do Estado.

A economia brasileira, reflexo da política recessiva em curso, impõe nas atividades econômicas-financeiras dos estados, perspectivas negativas no tocante à arrecadação, meio imprescindível para a sobrevivência das estruturas administrativas dos poderes constituídos.

Entendo que medidas desta natureza poderão, em princípio, causar alguma insatisfação aos contribuintes, porém, a única forma viável e com efeito imediato na melhoria do nível de arrecadação é a alteração das alíquotas percentuais de impostos existentes.

A ação governamental neste sentido, não está somente voltada à apresentar um parâmetro de arrecadação condizente com a produtividade paranaense, mas também possibilitar o cumprimento fiel das metas sociais estabelecidas por este Governo.

Certo de que a medida proposta, merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os incisos I e II, do art. 4º, da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, com a redação dada pelas Leis nºs 9.166, de 27 de dezembro de 1989 e 9.886, de 26 de dezembro de 1991, passam a vigor com a seguinte redação:

"I - 3% (três por cento) para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no DETRAN na categoria aluguel ou carga;

II - 5% (cinco por cento) para os demais veículos."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor a

data da sua publicação, surtindo efeitos a partir de 31 de dezembro de 1992, revogadas as disposições em contrário, e o inciso IV do art. 8º, da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, na redação dada pela Lei nº 9.166, de 27 de dezembro de 1989. A Diretoria Legislativa.

**Ofício:**

**OFÍCIO**

Sob os nºs DTL/SAT/101 e 102/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei nº 604/91 e 506/91, por julgá-los contrários ao interesse público. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº COMEC/CG/154/92, do Senhor ORLANDO BUSARELLO - Coordenador Geral da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, encaminhando prestação de contas referentes ao exercício de 1991. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 4/92-DVD, do Senhor LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Diretor Geral do Departamento Estadual de Construção de Obras e Manutenção - DECOM, encaminhando Relatório Gerencial de Obras do Departamento, referente ao período de 01 a 30/04/92. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº R.376/92, da Professora LUZIA M. YAMASHITA DELIBERADOR - Reitora em exercício da Universidade Estadual de Londrina, encaminhando Balanço Geral da Universidade Estadual de Londrina, exercício de 1991. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº ATCC 1852/92, do Senhor CAITO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, requerida pelo Senhor Deputado GERALDO CARTARIO à Secretaria de Estado da Administração, sobre "exame marcadores virais de Hepatite A, B e C, não executados pelo IPE". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 816**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER respeitosamente a Vossa Excelência, a dispensa do seu comparecimento à Sessão Plenária do dia 28 de maio corrente, ausência justificada por ter sido convidado a participar da 39ª Convenção Nacional de Lions Clubs, a ser realizada na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) EURIDES MOURA

**REQUERIMENTO Nº 818**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário,

Curitiba, quarta, em 27.05.92

solicitação ao Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná para que as denúncias de irregularidades apontadas pela Diretoria do SINDIJUS, sejam averiguadas, e que não sejam punidos os diretores do SINDIJUS pelo pedido de informações e providências.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(aa) ERNANI PUDELL,  
OVIDIO CONSTANTINO e  
DR. ROSINHA

**JUSTIFICATIVA:**

A Diretoria do SINDIJUS protocolou no dia 27 de maio de 1.992, ofício ao Presidente do Tribunal e Justiça do Paraná, pedindo informações e providências sobre possíveis irregularidades que estariam ocorrendo na lotação de funcionários nos Gabinetes dos Desembargadores.

O documento aponta cerca de vinte nomes de servidores, entre efetivos, celetistas e comissionados, sobre os quais há dúvidas se realmente trabalham ou apenas recebem seus contra-cheques.

O posicionamento da direção do SINDIJUS, reflete a preocupação dos servidores em defender o princípio da moralidade administrativa, a transparência das relações de trabalho, o combate ao nepotismo e ao desperdício do dinheiro público.

Ao invés de tomar providências no sentido de apurar os fatos elencados na denúncia do SINDIJUS, houve um posicionamento de se punir a diretoria do sindicato, com pedido de instauração de inquérito administrativo contra a entidade.

**REQUERIMENTO Nº 799**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja consignada na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da funcionária desta Casa, e que prestava serviços em meu Gabinete Parlamentar, ROSELI APARECIDA NEIVA DE LIMA, ocorrido no dia 25 de maio próximo passado.

Da decisão da Casa, pede-se seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu esposo Paulo Fernando Lima, neste Gabinete.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) ERONDY SILVERIO

**JUSTIFICATIVA:**

ROSELI APARECIDA NEIVA DE LIMA, estava em nossa companhia há muito tempo, e ao nos deixar, e aos seus familiares no verdor dos anos, deixa-nos não apenas a saudade, mas uma lacuna que entre nós seus colegas e entre seus familiares será difícil de ser preenchida.

**REQUERIMENTO Nº 807**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, que seja externado votos de profundo pesar, pelo passamento do Ilustríssimo Senhor JOÃO FENKER, residente no Distrito de Guamiranga, Município de Imbituva-Pr.

Um forte sentimento de consternação toma conta da população de Guamiranga, e de todos os seus amigos espalhados por todos os cantos, por volta das 6:30 horas do dia 26 de Maio de 1.992, falece uma das mais Ilustres figuras daquela localidade. JOÃO FENKER, casado com a Senhora FRIDA FENKER, há 60 anos, pai de 8 filhos, nascido em Santa Cruz do Sul, R.S, chegou à localidade de Guamiranga por volta de 1.986, trazendo em sua bagagem, a esperança de ali se estabelecer e construir um futuro melhor para sua família. Em pouco tempo ganhou da população o respeito, admiração e carinho. Competente empresário no ramo da cerâmica, sempre perfilou a sua vida, pela seriedade e honestidade. O amigo JOÃO FENKER deixará marcado para sempre a imagem de um grande homem e um verdadeiro exemplo de vida.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO Nº 801

Senhor Presidente.

A constatação do desenvolvimento e da pujança de uma cidade, também se faz pela expansão dos meios de comunicação social colocados à disposição da opinião pública.

Assumindo uma liderança regional invejável, com reflexos favoráveis em todo Estado, Maringá ganha um novo e importante instrumento para balizar seu progresso: "Correio de Maringá" - Jornal marcado por uma linha editorial ágil, corajosa e moderna, mostrando todo o vigor de um jornalismo independente e profundamente comprometido com a verdade dos fatos, sob a direção do jornalista Cícero do Amaral Cattani, cuja experiência e capacidade tem servido para a formação de uma escola adulta e voltada aos interesses maiores do Paraná.

Requeiro à Mesa, na forma regimental, um voto de congratulações aos que, trabalhando na redação, nas oficinas, nos laboratórios e na administração dessa Empresa Jornalística, têm construído a sua grandeza.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) JOÃO PREIS

#### REQUERIMENTO Nº 813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração de votos de congratulações ao

Diretor Proprietário, Senhor Carlos Roberto de Moraes, pelo lançamento do semanário "Folha de Pinhais", no vizinho Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

O surgimento de mais um veículo de comunicação é sempre saudado e merece os cumprimentos de qualquer cidadão, pois a informação é importante para a cultura de um povo.

Mas não é só isto que marca o nascimento da "Folha de Pinhais", jornal semanário que desde o início absorve e tempera-se com a atmosfera geo-política, econômica e social do mais novo município do Paraná - Pinhais.

Ele é o corpo e sangue, suor e lágrimas do seu criador, que se apresenta para desafiar, para ocupar um espaço importante para a sociedade "pinheirense", Carlos Roberto Moraes, um idealizador recebe os cumprimentos desta Casa de Leis como incentivo ao prosseguimento de seu trabalho.

#### REQUERIMENTO Nº 815

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de votos de congratulações ao pecuarista paranaense Rudolf Reich, pela realização e êxito na organização do leilão da raça bovina simental de origem, realizado no dia 18 de maio corrente, no Palace, na cidade de São Paulo.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) JOSE ARTHUR RITTI

#### JUSTIFICATIVA:

Realizou-se em São Paulo, na conhecida casa de espetáculos Palace, no dia 18 passado, o leilão da raça bovina simental de origem.

O evento revestiu-se de significativo êxito, considerando que naquela oportunidade foram vendidos 47 animais, resultando um faturamento de CR\$ 945,6 milhões, com média de CR\$ 20,1 milhões por animal (US\$ 7,2 mil ao câmbio paralelo).

A razão do júbilo se deve ao fato de que a organização do evento teve à frente o renomado pecuarista paranaense Rudolf Reich, radicado no Município de Santo Antônio da Platina, no Paraná, responsável ainda pelo animal de maior preço vendido no Paraná, a fêmea Esbelta Poi do 3 Galhos, arrematada por 84 milhões de cruzeiros (US\$ 30 mil), o que significa a nossa alegria e orgulho paranaense motivadores da apresentação da presente proposição.

#### REQUERIMENTO Nº 802



Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação - Professor Elias Abrahão, objetivando a implantação do Ensino Supletivo de 2º Grau - na Escola Estadual Rodrigues Alves - Ensino Regular e Supletivo de 1º Grau, em Maringá.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Torna-se imprescindível a apresentação deste Requerimento, pelos fatos que relacionamos a seguir:

1. a quantidade enorme de solicitações neste sentido, por parte da comunidade escolar do Município;
2. a existência de apenas 5 (cinco) estabelecimentos de ensino que mantêm curso supletivo de 2º grau e de rede particular, não existindo nenhum estabelecimento da rede oficial;
3. o crescimento acentuado da comunidade escolar;
4. evasão escolar;
5. dificuldades de transporte;
6. crise Econômica.

Pelas razões discorridas, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, medidas que se dirijam no sentido de possibilitar a solução dos problemas ora relatados.

REQUERIMENTO Nº 803

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de Ofício ao Presidente do Conglomerado BANESTADO S.A., indicando a oportuna e urgente necessidade de criação de Posto do BANESTADO em Dois Vizinhos, na chamada Cidade Sul.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Dois Vizinhos apresenta a sua peculiaridade, a qual a coloca como única no Sudoeste do Estado, encontrando precedência e similitude em cidades geminadas - como Rio Negro/Mafra ou Porto/União da Vitória.

Esses dois exemplos de cidades geminadas, são pertencentes a Estados diferentes. Dois Vizinhos, no entanto, é uma cidade que se apresenta dividida ao meio sem, contudo, perder sua identidade de Sede.

Ao longo de tantos anos - 32 anos, criado pela Lei nº 4.245, de 25.07.60, a cidade conviveu com essa divisão geográfica

sem desarmonia social, ainda que a chamada Cidade Norte tenha recebido maior implementação de serviços públicos e de repartições.

Ainda assim, a Cidade Sul cresceu, progrediu e manteve seu equilíbrio com a Cidade Norte. Comércio e indústria, ali se desenvolveram criando a necessidade de maior amparo dos Poderes constituídos: como no caso presente que justifica a origem da necessidade e a conseqüente criação de um Posto do BANESTADO para atender a intenso movimento.

REQUERIMENTO Nº 804

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício à presidência da FUNDEPAR, solicitando autorizar estudo que atenda, com a devida urgência, o protocolado nº 049144, por meio do qual a Escola Estadual D. Carlos Eduardo circunstancia o pedido de cobertura para a sua cancha esportiva.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Os alunos da Escola Estadual D. Carlos Eduardo há muito reclamam das dificuldades que enfrentam, nos dias chuvosos para desenvolver suas atividades de educação física, uma exigência curricular.

A cancha esportiva daquela escola, a céu aberto, limita essas atividades, como desestimula a prática esportiva em geral; sua finalidade principal. Como são limitados os espaços esportivos no interior, será justo que se considere a importância desse atendimento, estimulando os jovens realezenses às práticas saudáveis ligadas aos exercícios físicos e às práticas esportivas.

Pela importância dessa solicitação, requeremos dos prezados Pares o voto unânime em favor deste requerimento, mostrando a unidade do Legislativo paranaense também em favor dos jovens estudantes de todo o Estado.

"ESCOLA ESTADUAL D. CARLOS EDUARDO  
ENSINO DE 1º GRAU

OF. Nº 26/92

Realeza, 14 de abril de 1992.

Excelentíssimo Senhor

Vimos através do presente solicitar sua intervenção junto à FUNDEPAR, no que diz respeito à cobertura de nossa Quadra de esportes, uma vez que já foi enviado projeto e orçamento e o mesmo já está protocolado sob o nº 049144.

Contando com o seu interesse em colaborar conosco, tomamos a liberdade de enviar-lhe o número do telefone da FUNDEPAR para maiores esclarecimentos: Fone: (041)



352-1313.

Outrossim informamos que o chefe responsável pela obra é o Engenheiro Sérgio Kruca.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos para enviar-lhe nossas cordiais saudações.

(aa) IVONE D. GIACOBBO

Diretora

Várias assinaturas de Professores

(ilegíveis)

Excelentíssimo Senhor

Deputado Estadual JOÃO ARRUDA

Assembleia Legislativa

do Estado do Paraná."

#### REQUERIMENTO N° 805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social do Paraná, Djalma de Almeida César, e a Excelentíssima Senhora Presidente do PROVOPAR do Paraná, Maristela Requião, para que, dentro das duas dotações orçamentárias específicas e próprias, prestem o auxílio necessário à implementação dos projetos da Assessoria de Ação Social a Prefeitura Municipal de Rolândia.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) PAULO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

A recém criada Assessoria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Rolândia, tem projeto de montagem de uma marcenaria, para formação profissional de meninos, e um projeto de trabalho com meninos de rua ou de entidades assistenciais, nas áreas de identificação e catalogação de plantas medicinais e condimentos, contando com acompanhamento de um técnico da Universidade Estadual de Londrina.

Esta assessoria conta ainda com trabalhos em centro de convivência de idosos e habilitação com trabalhos manuais.

Todos esses projetos devem merecer atenção, através de repasse de verbas por parte das autoridades públicas estaduais, que possibilite a sua continuidade, de inegável importância para toda a comunidade de Rolândia.

#### REQUERIMENTO N° 800

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente oficial, solicitando que a Bancada Paranaense no Congresso Nacional envie esforços na luta da derrubada da Lei que estabelece o recolhimento do INSS, na Folha de Pagamento dos trabalhadores rurais.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) EURIDES MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

A atividade agropecuária está sendo inviabilizada a cada dia, por falta de incentivo, preços, EGF, crescente despesa na manutenção do solo, adubação, aquisição de implementos agrícolas e a constante oscilação climática, fazendo com que o agropecuarista mantenha seu patrimônio a um custo altíssimo e a uma rentabilidade cada vez menor, o que vem proporcionando o desânimo e o fim dos que sempre produziram.

Sendo assim é inadmissível criar mais um obstáculo na vida do agropecuarista.

O recolhimento do INSS é mais um fator de inviabilização da agropecuária, e como tal deve ser rechaçado com muita veemência, por produzir despesa violenta, em se tratando da caótica situação vivida por quem produz alimentos neste País.

#### REQUERIMENTO N° 806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Secretário dos Transportes, objetivando o início do processo de licitação com vistas ao asfaltamento do trecho ligando o Município de Imbituva à Irati.

O presente, fundamenta-se na efetiva necessidade de garantir àqueles Municípios, condições viárias de poderem escoar as suas produções agrícolas. Por outro lado, a aludida obra, encontra-se prevista no Orçamento do Executivo Estadual para o ano em curso.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura, para que o mesmo, dentro das dotações orçamentárias daquele órgão libere recursos financeiros necessários para construção de um abatedouro no Município de Rio Azul.

Cabe destacar que, o Parlamentar requerente apresentou emenda n° 0119, ao orçamento do Estado do Paraná, para o exercício de 1.992, que visa justamente carrear os recursos financeiros para esta importante obra, e, que foi devidamente aprovada pela Assembleia Legislativa e acatada pelo Poder Executivo Estadual.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, objetivando o início do processo de licitação, com vistas ao asfaltamento dos trechos: Guaragi à Teixeira Soares e Guamirim à Inácio Martins.

Este encaminhamento, fundamenta-se no fato de que tais obras estão previstas no orçamento do Estado do Paraná, para o ano de 1.992, bem como de inteira necessidade, haja vista que os trechos aludidos, são importantes corredores dos produtos agrícolas daqueles pujantes Municípios.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 811

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Maranhão, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão e ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, para que estes órgãos negociem com os trabalhadores rurais sem terra daquele Estado, apontando uma solução favorável aos posseiros das áreas ocupadas impedindo despejos e o uso de força policial, resolvendo de forma pacífica os conflitos fundiários.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(aa) ERNANI PUDELL  
OVIDIO CONSTANTINO  
DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A jornada de luta dos trabalhadores rurais do Maranhão, apontou a situação crítica e urgente em que se encontram os milhares de trabalhadores rurais daquele Estado, de maneira que tem fundamental importância na luta pela reforma agrária.

A situação fundiária e os conflitos pela posse da terra criaram no Estado do Maranhão uma situação peculiar, tanto pela extensão e gravidade, pelo impasse político, e jurídico, bem como pela constante ameaça em que vivem os trabalhadores rurais sem terra.

Chama especial atenção o fato de haver quase uma centena de liminares de reintegração de posse com pedidos de força policial para despejo de posseiros e ocupantes, o que representa uma ação contra cerca de 15 mil famílias (80 mil pessoas).

Esta situação gera um impasse de enormes proporções, a saber:

- o aparato legal para resolução dos conflitos baseia-se somente no Código Ci-

vil, o que dá ganho de causa aos grandes latifundiários, garantindo-lhes a propriedade privada em detrimento da justiça social;

- o Governo do Estado do Maranhão não pode cumprir as ordens de despejo, porque não tem onde colocar 80 mil pessoas;
- os fazendeiros e latifundiários prepararam-se para realizar os despejos através de suas próprias forças, ou seja, utilizando-se da contratação de pistoleiros;
- aos lavradores, sem perspectivas concretas de sobrevivência, não resta outra alternativa senão a resistência à violência do latifúndio. E, no limite do desespero, corre-se o risco de que resistam à própria força policial.

Já ocorreram inúmeras mortes, e tanto a imprensa quanto qualquer pessoa de bom senso, afirmam que o Maranhão é como um barril de pólvora. Na verdade, a questão agrária no Brasil todo é como um barril de pólvora, entretanto, no Maranhão o estopim está pronto, o fogo muito perto e a quantidade de pólvora muito grande.

REQUERIMENTO Nº 812

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da República, para que haja uma solução favorável ao conflito de terras que está ocorrendo no Estado do Maranhão, negociando com os trabalhadores rurais sem terra, impedindo despejos e o uso de força policial, resolvendo de forma pacífica e em favor dos trabalhadores rurais, implantando imediatamente a reforma agrária naquele Estado.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(aa) ERNANI PUDELL  
OLVIDIO CONSTANTINO  
DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

A jornada de luta dos trabalhadores rurais do Maranhão apontou a situação crítica e urgente em que se encontram os milhares de trabalhadores rurais daquele Estado, de maneira que tem fundamental importância na luta pela reforma agrária.

A situação fundiária e os conflitos pela posse da terra criaram no Estado do Maranhão uma situação peculiar, tanto pela extensão e gravidade, quanto pelo impasse político e jurídico, bem como pela constante ameaça em que vivem os trabalhadores rurais sem terra.

Chama especial atenção o fato de haver quase uma centena de liminares de reintegração de posse com pedidos de força policial para despejo de posseiros e ocupantes, o que representa uma ação contra cerca de 15 mil famílias (80 mil pessoas).

Esta situação gera um impasse de enor-

mes proporções, a saber:

- o aparato legal para resolução dos conflitos baseia-se somente no Código Civil, o que dá ganho de causa aos grandes latifundiários, garantindo-lhes a propriedade privada em detrimento da justiça social;
- o Governo do Estado do Maranhão não pode cumprir as ordens de despejo, porque não tem onde colocar 80 mil pessoas;
- os fazendeiros e latifundiários prepararam-se para realizar os despejos através de suas próprias forças, ou seja, utilizando-se da contratação de pistoleiros;
- aos lavradores, sem perspectivas concretas de sobrevivência, não resta outra alternativa senão a resistência à violência do latifúndio. E, no limite do desespero, corre-se o risco de que resistam à própria força policial.

Já ocorreram inúmeras mortes, e tanto a imprensa quanto qualquer pessoa de bom senso, afirmam que o Maranhão é como um barril de pólvora.

Na verdade, a questão agrária no Brasil todo é como um barril de pólvora, entretanto, no Maranhão o estopim está pronto, o fogo muito perto e a quantidade de pólvora muito grande.

#### REQUERIMENTO Nº 814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, envio de expediente ao Secretário de Estado da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando empenho na liberação de recursos à Fundação de Ensino Superior de Pato Branco - Faculdade de Ciências e Humanidades de Pato Branco, visando a realização de exposição do Trabalho de Pesquisa na ECO 92, realizado na reserva Indígena de Manguueirinha/PR, conforme Projeto em anexo.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

"ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR  
CENTRO DE TREINAMENTO DO MAGISTERIO DO PARANÁ - CETEPAR

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

CURSO: Exposição de Trabalho de Pesquisa na ECO 92 em junho

INSTITUIÇÃO: FUNESP - Fundação de Ensino Superior de Pato Branco.

Rodovia PR-469, km 01

UNIDADE E/OU DEPARTAMENTO: Biologia, Química e Ciências Naturais.

#### 1. TÍTULO

Exposição de trabalho de pesquisa, realizado na Reserva de Manguueirinha: Projeto Floresta Viva.

#### 2. CARACTERIZAÇÃO

O projeto visa incrementar a preservação da maior floresta de Araucárias do mundo, bem como a comunidade indígena dos Caingangues.

#### 3. PROPONENTES

- Fundação de Ensino Superior de Pato Branco
- Departamento de Biologia, Química e Ciências Naturais.

#### 4. COORDENAÇÃO

- Professores: Carlos A. de Freitas (FUNESP)
- Luiz Carlos Matzenbacher (Colégio Bandeirantes)."

#### JUSTIFICATIVA:

Apresentar às autoridades presentes na ECO 92 a verdadeira realidade do povo indígena na reserva de Manguueirinha, bem como, o atual estado de conservação desta que é a maior reserva de Araucárias do mundo.

O Projeto Floresta Viva, anexo, traça um perfil do desenvolvimento do trabalho, que envolve pesquisa de campo, fotos e vídeo, além de representação teatral feita pela comunidade indígena.

O cacique e membros da reserva marcarão presença, levando peças de épocas distintas e farão a encenação sobre a realidade local.

O trabalho executado teve custo altíssimo, sendo totalmente custeado pela Fundação de Ensino Superior, que, para a etapa final do Projeto, que é a apresentação em vídeo, foto, palestras e teatro, encontra-se com dificuldades em financiar a viagem.

#### OBJETIVOS:

Levar ao conhecimento de todos a realidade da maior reserva de Araucária do mundo, localizada no Município de Manguueirinha, na região Sudoeste do Paraná.

Fotos vídeos evidenciam o trabalho de preservação da floresta feita pela comunidade indígena ali residente, divididas entre Caingangues e Guaranis.

A ida de alunos e professores ao Rio de Janeiro será parte integrante dos respectivos cursos, sendo para os acadêmicos considerados a nível de extensão.

#### ESTRUTURA PROGRAMÁTICA

Período de realização: de 30 de maio à 07 de junho de 1992.

Horário (dias da semana, turno): Início dia 30, às 18 horas, encerrando-se dia 07 às 18 horas.

Carga Horária: 96 horas

**METODOLOGIA:**

- 1 - Coleta de dados da existência da reserva, bem como o início da povoação.
- 2 - Quantidade de pinheiros existentes nos últimos anos e medidas que devem ser adotadas visando identificar possíveis focos de resistência quanto a preservação da reserva.
- 3 - Indicativos de medidas que visem adotar critérios além de canais, para a preservação permanente da reserva.
- 4 - Levantamento fotográfico escrito e em vídeo da situação daquele povo e das árvores remanescentes.
- 5 - Palestras definindo o que seja a preservação, para que a consciência seja despertada.

**PROGRAMA:**

- 1 - Exposição de fotos da reserva e população.
- 2 - Realização de palestras e apresentação teatral.
- 3 - Apresentação de vídeo sobre a floresta e população daquela reserva.

**HORARIO:**

Das 8 às 12 horas; das 14 às 18 horas e das 19 às 22 horas.

A exposição de fotos será permanente, com as palestras no período noturno, enquanto que o filme será apresentado estrategicamente naqueles locais de maior acesso de público observando os horários e critérios de cada instituição.

**BIBLIOGRAFIA:**

Desnecessária, já que o trabalho de pesquisa foi na reserva e com a população ali residente.

**SISTEMA DE AVALIAÇÃO:**

A avaliação foi feita com base nos traços históricos daquela área, bem como, analisando-se as áreas descobertas na última DÉCADA.

**"CURRICULUM VITAE":**

(Titulação principal e outras dos dois últimos anos e Instituição e/ou órgão a que atualmente está vinculado)

Especialistas em Biologia, Química e Ciências - Habilitação Matemática.

**NOMERO DE PARTICIPANTES:**

- |                             |               |
|-----------------------------|---------------|
| • Clientela Pretendida..... | 5.000 pessoas |
| • Zona Urbana.....          | 5.000 pessoas |
| • Zona Rural.....           | -             |
| • TOTAL.....                | 5.000 pessoas |

**CRONOGRAMA:**

- Inscrições: 10/04/92 à 02/05/92.
- Início do Evento: 30/05/92 à 07/06/92.

- Término do Evento: 07/06/92.
- Entrega do Relatório: 09/06/92.
- Entrega do Certificado/Atestado: 19/06/92
- Outras Informações: Vide projeto Floresta Viva anexo.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

Rio de Janeiro (ECO 92).

**FISICOS:**

Disponíveis no local (barracas, balcões e painéis, mesas e suportes).

Utilização de máquinas fotográficas, vídeos e televisores, painéis, mesas e balcões.

**ORÇAMENTO:**

**RECEITAS**

- |                                |              |
|--------------------------------|--------------|
| • Verba do Orgão Proponente... | 1.000.000,00 |
| • Verba solicitada à SEED..... | 4.300.000,00 |
| • Outras Receitas.....         | -            |
| • TOTAL .....                  | 5.300.000,00 |

**DESPESAS**

- |                               |              |
|-------------------------------|--------------|
| • Material de Consumo.....    | 800.000,00   |
| • Serviços e Encargos.....    | 100.000,00   |
| • Passagens Aéreas.....       | -            |
| • Passagens Rodoviárias.....  | 1.500.000,00 |
| • Diárias.....                | 2.400.000,00 |
| • Remuneração de horas/aula.. | 400.000,00   |
| • Número de Bolsas .....      | 100.000,00   |
| • TOTAL.....                  | 5.300.000,00 |

**Projetos de Resolução:**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 006/92**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual e do artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Aos Deputados Estaduais, serão feitos créditos mensais para atender despesas com passagem, telefone, correspondência, moradia e combustível;

Parágrafo Único - Aos suplentes de Deputados quando convocados, caberão créditos proporcionais ao número de meses em que estiverem no exercício do mandato;

Art. 2° - As liberações serão feitas mensalmente, por determinação do Diretor Geral à Diretoria Financeira, através de empenho na dotação 3.1.3.2.0800 - Outros Serviços e Encargos;

Parágrafo Único - Os empenhos e registro dos créditos obedecerão à legislação atinente a adiantamentos, englobando-se, para este efeito, as parcelas liberadas no exercício;

Art. 3º - Os pagamentos das despesas serão feitos mediante ressarcimento ao Senhor Deputado:

§ 1º - O Deputado solicitará, através de formulário próprio e sob sua responsabilidade, à Diretoria Financeira o reembolso da despesa efetuada;

§ 2º - A solicitação de ressarcimento será anexada o comprovante da despesa, que poderá ser:

- a - Primeira via da nota fiscal;
- b - Fatura discriminativa da despesa;
- c - Recibo;
- d - Declaração do Correio ou do Setor de Correspondência desta Casa, do valor pago pelo Deputado com as despesas postais;

Art. 4º - As despesas com passagens serão reembolsadas mediante a apresentação da passagem utilizada ou nota fiscal da empresa fornecedora da passagem;

Art. 5º - O ressarcimento de despesas com telefones será feito mediante a anexação da fatura paga ao formulário próprio;

Parágrafo Único - O Deputado deverá informar, por escrito, à Diretoria Financeira, os números dos telefones cuja despesa será ressarcida;

Art. 6º - As despesas postais serão reembolsadas mediante a apresentação de comprovante das despesas efetuadas fornecido pela Empresa de Correios ou declaração de despesa fornecido pelo setor de correspondência da Assembleia Legislativa;

Art. 7º - Para reembolso de despesas com moradia o Deputado deverá apresentar recibo do aluguel ou as notas fiscais referentes às despesas de hospedagens em hotel, em hospitais ou de restaurantes;

Art. 8º - As despesas com combustível e lubrificantes serão ressarcidas mediante a apresentação da nota fiscal onde deverá constar:

- a - data;
- b - Nome do Deputado;
- c - Número de litros e valor da despesa.

Art. 9º - Os ressarcimentos serão feitos mediante cheque nominal ao Deputado requerente, servindo como comprovante da entrega a cópia do cheque, assinada pelo Deputado ou pessoa autorizada;

Art. 10 - Os créditos liberados serão depositados em conta corrente especialmente aberta, pela Diretoria Financeira;

Art. 11 - Os créditos de que trata a presente Resolução, não poderão ultrapassar a 75% dos valores destinados aos Depu-

tados Federais;

Art. 12 - Os saldos não utilizados em uma liberação serão somados ao crédito seguinte;

Art. 13 - Somente serão processadas as solicitações protocoladas até o dia 20 (vinte) de dezembro do exercício do crédito;

Art. 14 - Após a data acima a Diretoria Financeira, e com o visto do Diretor Geral, providenciará as prestações de contas individuais de cada Deputado, enviando-as com um relatório à Comissão de Tomada de Contas deste Poder que, aprovando-as determinará o recolhimento de saldos, autorizando a baixa de responsabilidade junto a Diretoria de Apoio Técnico.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 01 de maio de 1992.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA, ERONDY SILVERIO, HEINZ HERWIG, PLAUTO MIRO GUIMARÃES, DIRCEU MANFRINATO, ALCEU SWAROWSKI, ALBINO CORAZZA, COSTENARO NETO, DOMINGOS CARVALHO, BASILIO ZANUSSO, ARLINDO TROIAN, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO ANNIBELLI, ORLANDO PESSUTI, HERMAS BRANDÃO, LOURENÇO FREGONESE, NELSON JUSTUS, EDSON SILVA LINO, TOTI COLAÇO, ROSSONI, NILTON BARBOSA, JOSE TAVARES, ALGACI TOLIO, CARLOS SIMÕES, GERALDO CARTARIO, MARIO BEZERRA, CLEITON KIELSE, JOSE ARTHUR RITTI, DURVAL AMARAL E DUILIO GENARI.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007/92

A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica, num prazo de 90 (noventa) dias, facultado aos ex-Deputados Estaduais, com no mínimo 08 (oito) anos de contribuição, beneficiados pelas Leis nºs 6.639 de 05.12.74, modificada pela Lei 7.771 de 13.12.83, e Lei nº 9.498 de 28.12.90, requererem a devolução das contribuições recolhidas ao Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar.

§ 1º - O valor a ser devolvido será o resultado da atualização, pela correção monetária, das contribuições efetivamente recolhidas, deduzidos daí os pagamentos bruto recebidos pelo requerente, também atualizados pela correção monetária.

§ 2º - O ressarcimento será efetuado por conta da dotação do FEPPA transferida à Assembleia Legislativa.

Art. 2º - A Assembleia fica, automati-

camente, isenta de qualquer vínculo remuneratório junto aos Senhores ex-Deputados Estaduais, que optarem pelo ressarcimento na forma prevista nesta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(aa) ANIBAL KHURY

JOÃO ARRUDA

ADEMAR LUIZ TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A presente Resolução, visa corrigir uma lacuna com o advento da Lei 9.498 supracitada. Constata-se a existência de ex-Deputados Estaduais, que contribuíram efetivamente para o FEPPA, e não receberam os benefícios decorrentes de sua contribuição, tampouco é-lhes facultado outra alternativa para reaverem os valores descontados durante o exercício de seus mandatos.

Esta Comissão Executiva, propõe a presente Resolução visando criar mecanismo legal para que estes Senhores ex-Deputados Estaduais, possam ser devidamente ressarcidos, com correção monetária, dos valores que foram descontados via contribuição ao FEPPA, durante no mínimo oito (8) anos.

**MOVIMENTAÇÃO DO PROJETO**

Eurides Moura, João Preis, Renato Adur, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Alborghetti, João Iensen, Nelson Garcia, Severino Félix, Osvaldo Trevisan e Luiz Antonio Setti.

**Projeto de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 154/92**

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a INSTITUIÇÃO DE PROTEÇÃO AO MENOR CARENTE DE SARANDI - PROMEC, com sede e foro na cidade de Sarandi.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.92.

(a) JOÃO PREIS

**JUSTIFICATIVA:**

De iniciativa da Sra. Irmã ANNELIESE DROGE - Diretora da Instituição de Proteção ao Menor Carente de Sarandi - PROMEC, com sede e foro no Município, visa o presente concretizar e reconhecer o trabalho de alto cunho social, seja o de prestação de assistência filantrópica aos mais necessitados da comunidade Sarandiense.

Contando já com o reconhecimento a nível Municipal, conforme Lei nº 415/91 - de

13 de maio de 1991 daquele Executivo Municipal.

A finalidade da referida Instituição, é acima de tudo, coordenar, proteger e prestar assistência social às crianças carentes acima de 07 anos de idade que frequentam regularmente a escola, com o intuito de colaborar com os poderes públicos, associações, fundações e escolas, tudo no sentido de solidariedade social e da sua subordinação aos interesses das crianças do Município de Sarandi.

Neste sentido, apela a presente Instituição, para a compreensão dos Nobres Parlamentares, possa a Instituição de Proteção ao Menor Carente de Sarandi - PROMEC ser considerada de Utilidade Pública Estadual, preenchidos os requisitos da Lei que regulamenta a matéria, como comprova a documentação que segue anexo.

**"ATESTADO**

Eu, JOÃO PREIS, Deputado Estadual, abaixo assinado, objetivando a declaração de Utilidade Pública a INSTITUIÇÃO DE PROTEÇÃO AO MENOR CARENTE DE SARANDI - PROMEC, com sede e foro no Município de SARANDI/PR, atesto que a mesma é uma instituição de 1º Grau na forma de sociedade civil de natureza cultural e filantrópica, sem fins lucrativos, conforme determina seu Estatuto.

Atesto ainda, que a Instituição encontra-se em pleno funcionamento, atendendo as determinações para as quais foi criada.

Atestando a veracidade de tais afirmações firmo o presente.

Curitiba, 26 de maio de 1992.

(a) JOÃO PREIS"

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

O Governo Federal constituiu uma comissão de alto nível para estudar e fazer uma proposta de reforma fiscal e tributária neste País. Esta Comissão, que na Presidência o Senhor Ari Osvaldo Matos Filho, concluiu os seus trabalhos, e o Governo Federal anuncia que nos próximos dias deverá remeter essa proposta em forma de Projeto de Lei para o Congresso Nacional.

A nossa presença nesta tribuna é não só para trazer a nossa manifestação da necessidade de uma reforma fiscal e tributária neste País, mas também para levantar uma série de questões e de preocupações do que essa reforma fiscal e tributária irá mudar neste País.

É um sentimento e um consenso nacional que há necessidade para uma simplificação da questão tributária brasileira. Os em-

presários não conseguem mais atender a burocracia que existe na questão tributária. Mais de 50 impostos e taxas públicas a cada dia incomodam e complicam a vida do empresário brasileiro. A sonegação, cada vez aumenta mais, porque a sobrecarga tributária inviabiliza a empresa.

Nós somos totalmente favoráveis a uma simplificação na questão fiscal. Ao invés de tantos impostos e taxas, que apenas um número ideal, não o imposto único como muitas pessoas defendem, mas um número de impostos que atenda a nossa realidade brasileira. E essa proposta pretende diminuir o número de tributos para cinco ou seis impostos.

A nossa preocupação é no sentido de que essa reforma fiscal simplifique a vida do empresário e não venha a aumentar mais a alíquota dos impostos. Para aumentar a receita brasileira, nós precisamos sim que as alíquotas sejam justas e que todos paguem os impostos. Nós defendemos que haja uma descentralização da arrecadação tributária. O que nós estamos vendo hoje no Brasil é que o centralismo faz com que surjam os constantes anúncios de desvios de recursos e de escândalos nacionais. Nós precisamos que os recursos arrecadados das comunidades, dos municípios, permaneçam nos municípios, e o Governo Federal e Estadual recebam o que exceder da necessidade dos municípios.

Com essa preocupação a Assembléia do Rio Grande do Sul iniciou um movimento, instalando na Assembléia gaúcha uma comissão da revisão tributária, para acompanhar no Congresso Nacional. Esta Assembléia foi convidada, e, a requerimento do Deputado Ademar Traiano, foi formada uma comissão nesta Assembléia Legislativa para estar presente na instalação dessa comissão no Rio Grande do Sul.

Na ocasião estivemos juntamente com o Deputado Durval Amaral, e na próxima segunda-feira será instalada a Comissão na Assembléia de Santa Catarina, onde os Deputados de Santa Catarina, com a presença de representantes do Rio Grande do Sul e desta Assembléia Legislativa, pretende dar continuidade àquela primeira reunião. Pretendemos nós, juntamente com o Deputado Durval Amaral, e, Santa Catarina, não só acompanhar os encaminhamentos e as propostas, mas levar também a nossa posição no sentido de que a reforma fiscal, que irá ser aprovada no Congresso Nacional, não venha tirar dos municípios e dos Estados, os recursos, e nas conquistas que foram alcançadas durante longos anos de trabalho e de luta. Pretendemos também, após esta instalação em Santa Catarina, discutir uma data para que a Assembléia do Rio Grande do Sul e a Assembléia de Santa Catarina, estejam presentes aqui nesta Casa, para

que o Paraná possa integrar nesse trabalho dos três Estados do Sul e fazer com que a reforma fiscal reclamada e que será discutida no Congresso Nacional, venha de fato, atender aos interesses dos empresários que terão uma alíquota justa e que todos paguem os seus tributos. Uma justa distribuição desses recursos arrecadados, que os municípios não venham perder recursos que conseguiram depois de tantas marchas à Brasília, que os Estados fiquem com os recursos para assumirem a realização das obras e dos serviços que tenham condições e necessidades e que o governo federal possa cumprir a sua missão da Federação, mas que o centralismo seja eliminado dessa nossa realidade brasileira.

Queremos sim que possamos todos estar presentes na discussão dessa reforma tributária e que a aprovação da reforma fiscal e tributária venha de fato fazer com que esse País comece uma nova etapa, onde os contribuintes se sintam incentivados a cumprir com os seus deveres e com as suas obrigações e que os órgãos públicos, os poderes constituídos possam aplicar com transparência esses recursos em benefício da própria população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Nós queremos cumprimentar e agradecer a presença de alunos do Colégio Estadual Brasília de Araújo, de Bela Vista do Paraíso. Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa. Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Deputado Albino Corazza, eu concordo com Vossa Excelência que essa reforma tributária, inclusive será tema de meu programa de televisão, se essa reforma vier da maneira como se pinta em Brasília, ela vai acabar com os Estados brasileiros e vai acabar definitivamente com os municípios brasileiros e é preciso que Vossa Excelência e esse Parlamento se levantem, não tenham medo, e está na hora deste Brasil lavar a "cara", está na hora de tirar a máscara e gritarmos para quem quiser ouvir em Brasília, principalmente para os Senhores Deputados Federais deste Estado e de outros Estados vizinhos.

Temos que fazer uma frente de homens que tenham vergonha na "cara", que respeitem o voto do povo e que gritem no Parlamento em Brasília, para que esta Reforma Tributária não seja uma violência contra os Estados brasileiros e contra os municípios brasileiros.

Conte com o meu apoio, conte com a minha solidariedade e conte com a minha luta também, para que esta forma de violência



não venha machucar os Estados brasileiros e os municípios deste País.

Tenho visto na Ordem do Dia uma série de projetos do Executivo conclamando este Parlamento para que aprovemos crédito suplementar para uma série de órgãos do Governo do Estado. Mas a minha preocupação é o meu desejo é que venha a esta Casa um projeto do Governo do PMDB, para que possamos aprovar também algum crédito para construção, para reestruturação do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Apresentei uma matéria, esta semana, que parou o Estado do Paraná. O Paraná tem 12 mil mandados de prisão para serem cumpridos, Deputado Colombino. E se a polícia prender esses 12 mil condenados, nós não temos no Paraná uma penitenciária para colocar esses 12 mil homens.

Vejam bem, as penitenciárias do Paraná estão superlotadas, abarrotadas de seres humanos. E nós temos na Delegacia de Capturas do Estado do Paraná 12 mil mandados de prisão para serem colocados em prática. E a própria polícia reconhece que se prendermos os 12 mil, não teríamos condições e nem lugar para colocá-los no Estado do Paraná.

Por isso se faz necessário a urgência do término do presídio de Londrina, por isso se faz necessário construirmos no Paraná a penitenciária do campo, para limparmos nossas cadeias, nossas penitenciárias e levar um preso que está dentro da cadeia pública, dentro do sistema penitenciário, nada fazendo, tomando o café da manhã, almoçando, jantando, nada produzindo e nem ao menos produz para se auto-sustentar.

Fica o meu grito de alerta, Deputado Annibelli. É necessário se construir no Paraná, com determinada urgência, penitenciárias modelos, como existem nos países desenvolvidos, como existem nos países do Primeiro Mundo, para que o preso possa ter o direito de trabalhar, de produzir e também de se alimentar.

Vi agora há pouco num jornal de Minas Gerais, Deputado Colombino, estampado na primeira página, se Minas Gerais tiver que prender todos os marginais com mandados de prisão, teria que ser construída uma cidade em Minas, para colocar os presos. O problema não é só do Paraná, mas também em Minas. Em Minas, se a polícia mineira for às ruas e prender todos os condenados com mandado de prisão, teria que construir uma cidade para colocar todos os detentos lá dentro. Vejam, o problema não é só no Paraná, o problema é de Minas, o problema é de São Paulo.

Apresentei uma matéria antes de ontem, direto, com a minha equipe de reportagem de São Paulo. O sistema penitenciário paulista também está falido, o sistema do Rio

e de outros Estados brasileiros também está falido.

Eu acho muito importante se construir CIAC's no Brasil. Eu acho muito importante se votar projetos destas envergaduras, tendo vários órgãos do Governo, dinheiro. Mas, eu acho também de fundamental importância que o Governo Federal tenha que acordar e caminhar para o primeiro mundo e construir no Brasil, em todos os Estados da Federação, penitenciárias modelo, que sirvam de exemplo a todo o mundo, e que o preso tenha o direito de trabalhar, de produzir e se auto sustentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados; estudantes que ocupam as galerias.

Curitiba, Cidade paisagista e urbanisticamente bonita, tem constituído um sistema de transporte de boa eficiência e no último ano foram construídas as estações tubo, com sistema "ligeirinho".

Equipamentos esses que foram propagandeados nos meios de comunicação como iniciativa e criação do IPPUC. Feita vasta propaganda, toda ela paga pelo erário público da Prefeitura de Curitiba.

Recentemente, tal sistema foi colocado para ser testado em Nova York, enquanto o Senhor Prefeito estava em Nova York. E, diga-se de passagem, não foi convidado como Prefeito de Curitiba, mas convidado como arquiteto, tanto é que nós temos o convite feito, que foi enviado à Rua Marechal Deodoro, ao escritório de arquitetura e não à administração pública e não ao Prefeito.

Ao solicitar licença para viajar aos Estados Unidos, tal Requerimento foi anexado ao pedido de licença, o que despertou alguma curiosidade por parte da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

Fomos, como Partido, averiguar e verificar esse sistema. E constatou-se que todo o sistema estava patenteado em nome do escritório. Patenteado em nome do Prefeito Jaime Lerner.

Até aí, nada de mal. O mal está em usar verbas do erário público para propagandar um sistema, o qual vai lhe render, particularmente, vários dividendos e muitos dividendos.

Usa-se o dinheiro público para divulgar um sistema público, mas cujos dividendos individuais e particulares vão para a conta particular do Prefeito. Aí está o crime.

Não bastasse isso, diz-se que está patenteado desde 1984, em nome da Senhora

Gilka Bozza, também do escritório. E no ano passado, após instalação em Curitiba, tal patente é doada pela Senhora Gilka Bozza ao Senhor Jaime Lerner.

Mas, foi dito também que tal projeto foi feito em 1984 para a Prefeitura do Rio de Janeiro, quando o escritório já recebia dinheiro do Governo do Rio de Janeiro, para bolar o projeto.

Quer dizer, mais uma questão que deve ser debatida, recebia dinheiro público para elaborar um projeto, este projeto registra-se em nome pessoal, estando no nome pessoal usa dinheiro público para propaganda, para divulgar o seu nome.

Constata-se que tudo isso é crime!

E agora, constatado o crime, diz que não quer mais o dinheiro e criou uma entidade de deficientes e passa a doar a verba para a entidade de deficientes. Como ele é bonzinho! Doa a verba da qual boa parte é arrecadada em função do uso do dinheiro público para divulgar o próprio nome para poder morder por fora.

Era essa a nossa questão hoje e nós queremos aqui deixar claro que a Bancada do Partido dos Trabalhadores entrou, na Justiça, e vai continuar na Justiça até que apure estas responsabilidades, o uso indevido do dinheiro público para o bem pessoal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta sessão ordinária para, em cumprimento a parte das atribuições pertinentes ao mandato que aqui exercemos, fruto de delegação do eleitorado de nossa base de sustentação, porém subordinados e sujeitos à obediência do nosso programa partidário, o qual não pode nem deve nos impedir de visualizar, analisar e reconhecer o trabalho do Poder Executivo, quando este vem ao encontro da segurança à qualidade e à melhoria da vida de nossos concidadãos.

Parabenizamos, nesta oportunidade, externando o nosso reconhecimento por um trabalho edificante e incontestável do Governador Roberto Requião que, em cumprimento às promessas de campanha, debruça-se sobre uma programação de obras sérias e voltadas para o campo do social. Não reconhecer o meritório trabalho por ele desenvolvido, seria, no mínimo, a negação do óbvio.

Sua trajetória na vida pública, decorrente de sua indiscutível capacidade, competência e probidade, foi pautada desde seu ingresso na vida pública, sua passagem

por esta Casa, pela chefia do Executivo Municipal desta Capital e corroborada hoje no exercício da chefia do Poder Executivo do Estado, através de medidas e atitudes dirigidas ao interesse da maioria.

Tudo na política é contingente, flexível, variável e, somente dentro deste quadro de adaptação aos fatos, é possível manter a lógica e a coerência nesta atividade.

Dentro desta linha de raciocínio, trago ao conhecimento deste Plenário, como se desenvolveu, no âmbito do Estado do Paraná, o SIATE/PR SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO A EMERGENCIAS DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA, a cargo do valoroso Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Este trabalho edificante, hoje amplamente divulgado e com relevantes e indiscutíveis serviços prestados à comunidade da região metropolitana de Curitiba, teve seu início há aproximadamente três anos, durante os quais a fase de estudos para implantação do sistema esteve voltada para experiências desenvolvidas em outras cidades e países, buscando assimilação e adaptação da tecnologia à realidade local, capacitando e preparando recursos humanos e buscando a aquisição de meios e equipamentos mínimos indispensáveis para início do sistema, ainda, em caráter experimental na grande Curitiba.

Tal sistema ainda se encontra em teste, tendo, desde o seu início, em junho de 1991 apresentado relativa margem de segurança, objetivando sua expansão para todas as demais regiões do Estado, considerando para tanto, critérios pertinentes como: densidade populacional, grau de dependência e integração social, complexo rodoviário, e, finalmente, fixação de áreas prioritárias e etapas de implantação.

#### HISTORICO:

Em maio de 1987, portaria interministerial instituiu o Programa Nacional de Atenção ao Acidentado de Tráfego, determinando sua implantação gradativa, iniciada através de projeto-piloto em nossa capital. Nesta etapa inicial, o trabalho envolveu o IPPUC, responsável pela política de planejamento urbano e a Secretaria de Segurança Pública, através do Corpo de Bombeiros, pretendia implementar proposta de um serviço de atendimento de emergência voltado para o campo das emergências médicas.

Elaborado o projeto, foi o mesmo submetido à análise da Câmara Técnica do SIRTTO que, em parecer técnico, se manifestou favoravelmente ao Projeto, o que propiciou e deu origem ao termo aditivo de convênio - SUDS, firmado entre os Ministérios da Previdência e da Saúde e o Governo do Es-

tado do Paraná. Novos convênios e portarias possibilitaram a realização deste importante projeto, propiciando, em decorrência do convênio Paraná/Ohio, a vinda de dois paramédicos norte-americanos que, como professores, deram formação profissional através do Curso de Instrutores Socorristas, envolvendo profissionais médicos, enfermeiros e bombeiros socorristas.

Cumpridas as formalidades legais, em maio de 1990, o SIATE começa a operar em caráter experimental, sem divulgação à população ou aos órgãos afins, contando à época, com duas ambulâncias avançadas e quatro leves, distribuídas em cinco postos ou quartéis da corporação em Curitiba.

O SIATE é operado por bombeiros treinados para a função de socorristas, sob a supervisão e orientação de um profissional médico, devidamente lotado na central de operações de corporação. O sistema é acionado por telefone, através do número 193, recebidos pela central de informações, onde, feita a triagem, sob a modalidade da ocorrência, é despachada a ambulância para atendimento. A priori, o sistema foi desenvolvido para atendimento de acidentes traumáticos nas vias públicas, podendo, eventualmente, dar atendimento a outros tipos de ocorrências, considerando prévia avaliação médica e grau de risco de vida.

#### ATENDIMENTO HOSPITALAR:

Para complementação do atendimento das equipes do SIATE, conta a região metropolitana de Curitiba com oito hospitais, escolhidos em decorrência de prévia avaliação e hierarquização, por grau de complexidade do atendimento a ser prestado, considerando suas condições materiais, instalações, equipamentos e recursos humanos disponíveis.

Até aqui, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, salientamos e divulgamos os relevantes serviços do SIATE, no que concerne à parte primeira da fase de atendimento ao acidentado traumático. Paradoxal, lamentável, é a seqüência do atendimento em contato mantido com o corpo clínico e diretivo do Hospital Cajuru na última sexta-feira, dia 15 do corrente, tomamos conhecimento, estarecidos, da realidade do quadro, em que pese a eficiência do pronto atendimento ao trauma do paciente acidentado feito pelo SIATE e também desenvolvido pelo Hospital e Pronto-Socorro Cajuru, graças à dedicação e o trabalho desenvolvido pela equipe do Doutor Luiz Sallim Emed, Diretor Superintendente daquele nosocômio, onde o quadro não se apresenta tão trágico.

Através da eficiência do serviço prestado pelo SIATE, as vítimas dão entrada nos hospitais e estes têm grande dificuldade em manter a qualidade do atendimento

a estes pacientes, foi e é importante e elogiável o investimento da emergência na rua, mas muito poucos recursos foram destinados aos hospitais. Com esta franca desigualdade de investimentos e equipamentos, poderá vir a acontecer um melhor atendimento nas ambulâncias do SIATE do que nos hospitais conveniados ao sistema.

O atendimento aos pacientes traumatizados tem que ser uniforme. Desde seu início com o SIATE, continuando no hospital culminando com a total recuperação, sem o risco da quebra de qualidade.

Pasmem, Senhores Deputados! Nem poderia ser diferente. A crise econômica é grave, e atinge, principalmente, o tratamento de saúde em nosso País. Trago ao conhecimento do Plenário esta triste realidade: para internamento e atendimento na rede hospitalar, apenas a título de exemplo, em percentuais, para um custo de cem, o Estado, através da sua política de saúde pública, contribui com 25, restando um ônus irrecuperável da ordem de 75% por paciente atendido. Esta é a realidade brasileira, a triste realidade nacional, que, no Paraná, Estado rico, pujante, que tem em sua direção um Governador sério e competente, deve e precisa ser revertido.

O Discurso do nosso eminente Governador é o da modernização do Estado, da agilização e melhoria dos seus serviços, e a modernização do Estado pelo poder nada mais é do que o ajustamento do exercício do poder às exigências das pressões e das realidades sociais para que o Estado possa realizar as funções que dele exige o seu povo.

No Paraná, Estado cuja realidade, em termos de economia, é outra, diversa da grande maioria dos estados da Confederação, tal situação tem que mudar. Como democratas e legisladores responsáveis, não olvidamos jamais que, acima de nós e de tudo, está a Constituição que, conforme Kelsen, configura a superlegalidade institucional, porque é ela que distribui as funções do Estado, ela é quem divide a competência, limita poderes, cuja legitimidade maior está precisamente no princípio de sabedoria política de que não há poder absoluto, porque todo o poder é, por definição, limitado pelo próprio poder.

Por força dos dispositivos constitucionais do Estado do Paraná, o Deputado se acha impedido de dar causa a tal tipo de iniciativa. Cabe, portanto, ao Senhor Governador, inverter este triste quadro, através da injeção, via processo legal, de recursos destinados, no mínimo, à diminuição desta configurada realidade.

Como gestor do orçamento público e associado à sua inegável sensibilidade às reivindicações de seu povo, tenho certeza de que, ao ser cientificado deste quadro,

O Senhor Governador determinará as providências necessárias à reversão do mesmo.

Para justificar tudo o que aqui foi dito, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uso as palavras do eminente Médico e Ministro da Saúde do Brasil, Adib Jatene, "O problema não é construir mais hospitais, mas mantê-los. Saúde e educação enfrentam um problema de investimento muito específico, quando termina a obra, começa a despesa. Hospital não dá receita. Gasta-se, por ano, em um hospital, exatamente o valor que se gastaria para construí-lo novamente, só para manter equipe e máquinas. Antes de novos leitos, precisamos recuperar e viabilizar os já existentes."

Encerrando, Senhor Presidente, requeiro a Vossa Excelência o envio, ao Senhor Governador do Estado, de cópia do presente pronunciamento, para ciência e tomada de providência que, sem dúvida, se faz necessária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes.

Ontem o Deputado Ernani Pudell, Líder do Partido dos Trabalhadores nesta tribuna, encaminhou requerimentos nesta Casa, sobre a explosão que se eventualmente tiver que se tomar medidas judiciais no Estado do Paraná, a explosão que ocorrerá, eu diria, a explosão de violência que ocorrerá em nosso Estado, em virtude de inúmeros pedidos de intervenção federal no Estado para que se cumpra as ordens de despejo nas áreas ocupadas por trabalhadores rurais no Estado do Paraná.

Esse caso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não é um caso específico do Paraná, urge, ainda mais, medidas necessárias - inclusive desta Casa, com manifestações de solução do problema para que o nosso País não vire um barril de pólvora e não ocorra uma grande explosão social além daquilo que hoje já se vê diante da situação de miséria, de fome desastrosa que se encontra o povo trabalhador deste País.

Tenho aqui uma carta do Coordenador Nacional da Comissão Pastoral da Terra - Frei Sérgio Gorgh, onde denuncia em carta distribuída ao País inteiro levanta-se a grande preocupação em função desse problema da terra citando um caso específico no Estado do Maranhão que se assemelha ao do Estado do Paraná na questão da reforma agrária. A situação fundiária e os conflitos pela posse de terra no País têm se agravado extraordinariamente, isto aqui no Paraná podemos comprovar, mas muito mais

está instalado uma explosão no Estado do Maranhão que preocupa o País todo.

Chama especial atenção esse documento ao fato de que até o dia 13 de maio último sobre a Mesa do Secretário de Segurança do Estado do Maranhão encontram-se 73 liminares de reintegração de posse com pedido de força policial para desejo de posseiros e ocupantes de terras naquele Estado.

O que representa Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma ação contra 15 mil famílias abrangendo um universo de no mínimo 80 mil pessoas que estão sendo julgadas nesse processo no Estado do Maranhão. O Governador do Maranhão com a atual situação sem condições, e está agindo corretamente o Senhor Governador do Paraná em efetuar o desejo dessas 80 mil pessoas e jogá-las nas beiras de estrada, nas favelas, jogá-las às traças sem ter onde colocar 80 mil pessoas.

O atual aparato legal para resolver os conflitos de terra mostraram-se inócuos, ineficientes, pois o judiciário a nível nacional usando basicamente o código civil dá normalmente ganho de causa aos grandes proprietários e grilheiros, garantindo-lhes a propriedade privada. Enquanto as decisões são contra a necessidade de milhares de famílias e conseqüentemente criando um clima de terror e violência no campo. Essas famílias não tendo onde ir, a quem socorrer se obrigam a resistir despejos desta natureza e está instalado um clima de tensão permanente no Estado do Maranhão e podemos dizer no País inteiro em função dessas situações.

Houve várias mortes, isso não é novidade para todos nós nesses conflitos no País inteiro inclusive o nosso Estado. O impasse criado, o conflito entre o Judiciário e o Executivo em vários estados do País está instaurado. Esse conflito há que achar uma solução dada a proporção do problema social que ocorre com esse fato.

A própria solução pelo Poder Judiciário não atinge a raiz do problema que é o problema social da terra, que é o problema social Nacional. Portanto instala-se o caos na ordem jurídica quando a justiça determina os desejos e os governadores se vêm sem condições de realizar.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados estamos encaminhando a esta Casa e solicitando o apoio desta Casa para que encaminhemos um requerimento novamente ao Senhor Presidente da República, ao Congresso Nacional para que se regulem os Artigos 184 e 185 da Constituição Federal onde se regulem a reforma agrária que isto desde 1988 está emperrado, engavetado no Congresso Nacional. É necessário que convençamos os Senhores fazendeiros que o problema social é maior do que a necessi-

dade de uma negociação com o próprio Poder Judiciário, com o Governo e com o Congresso para que se regulamente a reforma agrária e que se resolva esse problema social no País.

Portanto nós esperamos que esta Assembleia apoie esses requerimentos e encaminhemos essa preocupação ao Presidente da República, às autoridades nacionais com relação a esse problema específico do Maranhão como o fizemos ontem com o do Estado do Paraná e que o problema não é do Maranhão, do povo do Maranhão, mas é um problema nacional e que o País todo tem a necessidade de resolvê-los.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TOLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu, há questão de sessenta dias atrás, encaminhei um pedido de informações à Secretaria da Justiça exatamente preocupado com a questão da segurança e do sistema penitenciário.

(Lê):

"Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É pública a nossa estreita ligação com as questões afetas à área de segurança pública. Ao longo de 35 anos atuando profissionalmente no Rádio, Televisão e Jornal do Estado do Paraná, pudemos formar uma visão abrangente sobre o tema. Durante todo esse tempo e muito especialmente a partir do momento em que recebo das mãos da população um mandato preocupei-me em estudar e compreender a questão da segurança do cidadão à luz de todos os fatores sociais e econômicos que nela interferem, além, naturalmente, de aspectos bio-psíquicos.

Dentro dessa preocupação, impôs-se a necessidade de considerar segurança sempre contingente à justiça. Porque, encarregando-se de preservar a integridade dos cidadãos e do seu patrimônio, a segurança pública não pode esvair-se por sendas que não seja as da justiça, como também não pode privar das ações dessa última, para garantir à perene segurança da sociedade.

Considerado o binômio justiça/segurança, podemos identificar a fonte de alguns dos maiores problemas da população brasileira em segurança. No nosso País muitos criminosos são presos pela polícia e a seguir colocados em liberdade, através de artifícios legais. Outros estão condenados há muito tempo e nunca foram colocados numa penitenciária. Pela evolução dos costumes, alguns delitos do passado já nem mais são considerados assim. Outras práticas criminosas, entretanto, foram refinadas, e

assim o código penal também precisa evoluir.

Problema de polícia, todos conhecemos, Senhores Deputados: baixos salários, equipamento obsoleto, sucateamento geral, falta de treinamento, perda de recursos humanos. Tudo isso constitui o somatório final de um serviço de segurança pública que já caiu, há muito tempo, no descrédito da população. E exatamente por isso, segurança pública é hoje o problema nº 1 da sociedade brasileira.

O medo é algo que acompanha o homem desde o seu aparecimento. O instante da criação gerou a perplexidade. O primeiro instante do conhecimento humano gerou o medo. Ou não há medo, ao desvendar o desconhecido?

Pavor, é o que as mães sentem, enquanto acordadas esperam suas filhas e os seus filhos voltar da escola ou do trabalho; pavor é o que sentem os empresários e representantes da classe média e alta, com a ação impulsiva dos seqüestradores; pavor é o que sente a mãe da classe trabalhadora, enquanto seus filhos estão nas ruas, à mercê de uma bala perdida ou de um tiro exterminador; pavor é o que faz os ricos erguerem muros cada vez mais altos e os pobres agarrarem-se a orações desesperadas, ambos pelo medo de perder o que conseguiram adquirir com o trabalho.

Todas as demais ações visando o bem-estar social serão inúteis enquanto perdurarem os problemas de segurança e justiça.

E dentro do conjunto de medidas a serem tomadas para solução dos problemas desse binômio sobressai-se uma com especial importância: a reformulação do sistema prisional.

No Estado do Paraná, temos hoje, 3260 internos nas diversas unidades penais, quando a capacidade é para 1500 internos. Ou seja, a taxa de ocupação carcerária está em 217%, o que é visivelmente, um grande absurdo.

Só na Penitenciária Central do Estado, no Município de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba, existem internos 1360 homens, quando a capacidade de lotação é de 550. Opera-se, aí, com uma taxa extratossférica de ocupação de 247%.

A superpopulação dos presídios gera graves conseqüências e a penitenciária, que deveria ser uma instituição de reeducação para reintegração social, transforma-se numa universidade livre do crime. A promiscuidade e a total falta de critérios para classificação dos internos, coloca na mesma cela criminosos relativamente primários e outros de alta periculosidade. Cumprida a pena, um descuidista de carteira pode se transformar em assaltante de banco, homicida ou estuprador.

Parece que manter o atual modelo penitenciário é fruto de consciências indolentes, que temem a rir e mexer na purulenta ferida em que se transformou nossas prisões. É inútil continuar sustentando as penitenciárias no atual modelo, com a atual concepção de supressão da liberdade para o criminoso. Essa manutenção parafítica serve única e exclusivamente para reforçar o status do presídio como o esgoto moral da sociedade, garantindo para alguns a visão de que aquilo que não presta e é pernicioso está dentro da cadeia.

Visão falsa. Eis que a perniciosidade pode estar agindo deliberadamente num banco, num cargo público ou nas ruas das grandes cidades. E está.

Se a população carcerária já é elevada imaginem o que aconteceria se todos os mandados de prisão expedidos pelo judiciário fossem cumpridos e se todos os condenados que cumprem pena em cadeia pública fossem enviados para as penitenciárias? Hoje, somente no Paraná, encontram-se em cadeias públicas aguardando julgamento o considerável número de 3511 detentos. Mais do que toda a população carcerária neste momento.

A perniciosidade do recinto penal não se limita, entretanto, aos presos que constroem para si códigos de ética moral e espécies de leis internas bem diferentes das nossas, como também atinge em cheio alguns agentes, que se dispõem a colaborar com as máfias das prisões. E aí, vendem o sol, vendem o bife, aceitam ordens dos "Donos da Prisão", fazem vistas grossas a violências internas e maculam todo o sistema com a nódoa indelével da corrupção.

As penitenciárias transformaram-se em verdadeiras panelas de pressão, prontas para explodir a qualquer momento na cara de toda a população. Sofre o bairro do Ahú, há anos, por nele ter incrustado o casarão da maldade. Quando ocorrem fugas, o pavor toma conta da população local, que contribui com seus impostos, para manter um sistema cuidando desses homens. E paga caro. O custo estimado de um preso em setembro do ano passado, já era de 145 mil cruzeiros, sendo o custo diário de cada interno calculado em 4.845 cruzeiros.

Pioram as perspectivas, Senhores Deputados, quando vemos o alto grau de reincidência dos egressos do sistema penal. É a dura constatação, de que a pena por mais longa que possa ter sido não redime a alguns.

Qual a solução?

Pena de Morte?

Absolutamente não. Nós não vamos matar o problema para dizer que ele não existe. Nós não vamos emprestar a imagem de herói ao carrasco e não vamos colocar em prática a pedagogia de matar para ensinar as pes-

soas que elas não devem matar.

Não vamos reeditar o Código de Talião.

Mas o problema precisa ser resolvido, porque nós estamos sendo pagos para ajudar a resolvê-los e, principalmente, porque não poderemos conviver naturalmente com esse problema. É uma satisfação, Senhores Deputados, que nós devemos aos nossos filhos. É uma obrigação com a História, que passa rápido, riscando os trilhos.

É urgente a reformulação do nosso sistema penal. É urgente a construção de novas unidades, descentralizadas para cumprimento das penas. É necessário que o homem de Maringá, cumpra a pena na sua região, onde será assistido pela família e onde será reintegrado posteriormente.

E o que está sendo feito neste setor?

O Governo está construindo 450 novas vagas na colônia penal agrícola, em Piranguara, apesar de haver sido demonstrado, que aquela unidade é a campeã em evasões e fugas. Estão sendo construídas, também, unidades de regime fechado no interior. Em Londrina, 400 vagas e em Foz do Iguaçu, 150 vagas.

No total, teremos 1000 novas vagas. Para uma população excedente de 3260 internos, sem contar os que ainda aguardam julgamento e os que já estão condenados e ainda não ingressaram no sistema.

E as medidas de longo prazo? E aqui a dez anos? Será que os Deputados daqui a dez anos estarão lamentando a omissão das administrações que se sucederam ao longo dos anos, sem jamais resolver o problema penitenciário?

É preciso demonstrar coragem, Senhores Deputados. E eu quero demonstrar aqui que não estou fazendo uma crítica ao Governo de Requião, porque não sou tolo a ponto de imaginar que esse problema seja dele. Esse problema é nosso e está se arrastando há pelo menos 20 anos. O que eu estou cobrando é planejamento a longo prazo. É vontade de administrar para o futuro. É capacidade de administrar sem querer ver o nominho impresso na placa de inauguração.

E a prova da minha imparcialidade neste pronunciamento é o reconhecimento do trabalho que está sendo desenvolvido no sistema penitenciário, em termos de educação do homem encarcerado, que resultou numa elevação da taxa de escolaridade de 18,8% em 1990 para 35,9% no ano passado, apesar dos poucos recursos destinados ao programa.

O que se propõe, então, é a ênfase aos programas de educação e de apoio ao egresso; a construção de novas unidades no interior do Estado; a desativação da prisão provisória de Curitiba, que de provisória nunca teve nada; a distribuição dos internos nas unidades regionais de origem; a reciclagem dos profissionais que atuam



junto ao homem encarcerado aliada a medida de verdadeiro rigor para combater a corrupção dentro dos presídios, dentre o que, o trânsito quase livre das drogas.

A sociedade não estará em paz, ainda, quando estas medidas forem todas tomadas. Mas pelo menos, descansará mais tranqüila. Restará atacar os outros problemas em segurança pública. Porém, sem que antes se mexa na estrutura penal, de nada adianta para lá enviar novos condenados. Essa prática só reforça o modelo do esgoto moral e matricula novos alunos na universidade livre do crime e da perversão.

Só é preciso ter coragem e governar para o futuro."

E com este desejo, com esta vontade é que nós queremos colaborar para com o Governo do Estado em questão da segurança e da justiça. Quero aproveitar para complementar este meu pronunciamento para lamentar e até entender a posição do PT nesta Casa, em especial do Deputado Dr. Rosinha, ao fazer críticas à implantação do sistema mais moderno de transporte coletivo no País e quem sabe até no mundo que é o Ligeirinho. O Prefeito Jaime Lerner, Vice-Prefeito Algaci Túlio, a Bancada do PDT, estão muito tranqüilos neste ponto. O Prefeito não teme, não deve, portanto, não teme. Eu acho que a cidade ganhou com o Ligeirinho. Aí está hoje a entrega de mais cinco estações Tubo, inclusive com uma linha que vai até o Aeroporto Afonso Pena. E hoje a cidade está engalanada. A cidade está mais alegre, está mais feliz. Eu acho que todos nós paranaenses, independente de petistas, de comunistas, de peemedebistas, de liberais, devemos todos neste momento sentirmos orgulho de sermos curitibanos ou de morarmos na cidade de Curitiba. Curitiba se transforma hoje no grande fórum de debates da questão do meio ambiente. Começa-se aqui a estudar, a se realizar e a se tomar medidas para salvar o planeta. E ainda hoje pela manhã eu tive a satisfação de representando S.Exa. o Prefeito Jaime Lerner, fazer a entrega oficial do Centro Cultural Japonês em Curitiba. E aí estavam companheiros da cidade de Himeji, no Japão, cidade irmã de Curitiba. Ficaram encantados, ficaram maravilhados com o que acontece e com o que tem nesta cidade. Parece-me que alguns curitibanos, alguns paranaenses, com dor de cotovelo, parece que não entendem e não querem aceitar o que é uma verdade nua e crua do que está se fazendo na cidade. E eu com muito orgulho, com muita satisfação, na condição de Vice-Prefeito desta cidade, venho a esta tribuna convidar a todos para que hoje às 20 horas sejam nossos convidados na Ópera de Arame para abertura do fórum que discutirá os problemas das grandes cidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente concedemos a palavra ao Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, servidores desta Casa, Imprensa falada, escrita e televisada.

Na semana passada realizou-se no plenarinho desta Casa o primeiro fórum de debates sobre a previdência do servidor público estadual, e na Sessão de ontem ouvimos as palavras do Deputado Dobrandino da Silva, rememorando o fato. E nós, nesta oportunidade, queremos apenas registrar para os anais desta Casa a presença de Nagib Cheder, Presidente da Associação dos Conselheiros e Auditores e Procuradores Inativos do Tribunal de Contas do Paraná; de Vladimir de França, Presidente do Sindicato dos Servidores do Estado; de Maria Lúcia Ferreira, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública no Paraná; o Professor Izafias Ogliari, pelo Sindicato dos Professores do Paraná e APP, que teve a feliz idéia desse fórum; e do ex-Deputado Cândido Bastos, representando o Dr. Jaime Paciornik, do IPE.

Foi a primeira etapa de uma série de discussões numa participação direta de todos os servidores com os Senhores Deputados para que nós, em conjunto, numa verdadeira semidireta, possamos analisar em conjunto em maior extensão e profundidade a Mensagem do Governador do Estado a respeito até do Fundo da Previdência Social.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Uma Nação só se acotovela com as grandes potências do Globo através do desenvolvimento com base industrial. Já vai longe a mística de que o Brasil é um País essencialmente agrícola, e queira Deus que também o Paraná não seja apenas um Estado-membro da Federação Brasileira essencialmente agrícola.

Para vencermos o "gap" que nos separa das grandes nações do Mundo economicamente fortes só poderemos fazê-lo rapidamente através de um processo racional de industrialização. Exemplo disso Senhores Deputados, está na relação de classificação por municípios paranaenses dos primeiros 20 colocados, onde nós destacamos que justamente os municípios de base industrial é que galgam as primeiras posições, principalmente na situação atual do nosso País, onde o Fundo de Participação dos Municípios é distribuído cada vez em menores parcelas às células municipais brasileiras pelo Governo da União, num verdadeiro calote continuado desde o tempo do Ministro Delfim Neto.

Pasmem, Senhores Deputados, que nós



temos a firme convicção de que os municípios brasileiros não estão recebendo nem a décima parte do que fariam jus pelo Governo da União. Mas dizíamos que a industrialização é o crescimento depressa. Vejam o exemplo de Araucária aqui no Paraná. Hoje Araucária é o segundo maior arrecadador para os cofres públicos estaduais. Passou Londrina que é o terceiro colocado. Então, a colocação é a seguinte:

- 1° Curitiba;
- 2° - Araucária;
- 3° Londrina
- 4° Maringá;
- 5° Ponta Grossa;
- 6° - Paranaguá;
- 7° Cascavel
- 8° - Campo Mourão;
- 9° Castro;
- 10° - Guarapuava;
- 11° São José dos Pinhais
- 12° Toledo;
- 13° Foz do Iguaçu;
- 14° - Cambé;
- 15° - Rio Negro (a minha cidade), com 26 mil habitantes apenas, mas altamente industrializada;
- 16° - Apucarana;
- 17° Balsa Nova;
- 18° - Arapongas;
- 19° Umuarama;
- 20° - Pato Branco.

É claro que essa relação, fornecida oficialmente pela Secretaria da Fazenda, se refere ao período de janeiro, fevereiro e março do corrente ano.

Mas, Senhores Deputados nós queremos enfatizar que dia 25 se comemorou o dia da indústria e várias homenagens foram prestadas aos senhores industriais, não só no Paraná, como em todo o Brasil.

Nós queremos lembrar que o Brasil, através da genialidade de um Visconde de Mauá, já procurou dar os seus primeiros passos para este crescimento depressa, através da industrialização, no tempo do Império e, no primeiro quartel da República, Roberto Simonsen, já na década de 20, sugeria a industrialização como meio para superar o nosso atraso econômico e elevar o padrão de vida do Brasil.

Na década de 30, combatia ele a cláusula de nação mais favorecida nos tratados comerciais, por representar maior expansão econômica das nações mais desenvolvidas, em detrimento das mais atrasadas, equiparando condições de igualdade e reciprocidade jurídicas com equivalências econômicas, quando na realidade, traduzia vassalagem das menos aparelhadas às mais poderosas.

Todos sabem que as nações que exportam uma matéria prima, recebem a deterioração dos termos de troca, importando os manufaturados, perdem dez vezes o valor das suas

exportações. Daí a necessidade urgente da industrialização.

Na década de 40 propunha Roberto Simonsen que os tratados de comércio entre os países exportadores de produtos primários e os densamente remunerados, fossem complementados pela obrigatoriedade de uma cooperação compensadora de ordem técnica e econômica, para atender a desigualdade representada por eles.

Finalmente, levantou a necessidade do planejamento para o nosso desenvolvimento do pós-guerra.

O que pensa o nosso industrial, Senhores Deputados, aqui do Paraná? A Federação das Indústrias do Paraná, através de seu Presidente, Jorge Aloísio Weber, no Dia da Indústria, dia vinte e cinco (25) de maio que é justamente o do falecimento repentino do grande brasileiro Roberto Simonsen, que quando discursava na Academia Brasileira de Letras aos seus 59 anos de idade, teve uma síncope violenta, vindo a falecer. E em homenagem a ele se criou, então, o Dia da Indústria no Brasil.

Diz, então Jorge Aluizio Weber. "No dia de hoje, mediante rigorosa escolha entregamos a Medalha do Mérito Industrial aos nossos colegas de luta: Hêlio Brüggermann de Campos, Kamal David Curi, Ricardo Albuquerque Rezende e Wilson Thiesen.

Entregamos, também, a mais rara honraria, que concedemos ao empresário Sérgio Marcos Prosdócimo e, ao fazer isto, estamos estendendo a mesma a todos aqueles que além de cuidarem dos seus negócios, dedicam também grande parte de seu tempo às entidades que ajudam a resgatar nossa dívida social.

Neste ano, que desejamos seja o último de recessão provocada erradamente, por imposição do FMI, e aceita por nosso governo central, da qual tiramos mais resultados negativos e quase nenhum positivo, exigiu de todo o povo, e principalmente de nós, industriais, industriários, bem como do próprio governo, sacrifícios dolorosos que deixaram, atrás de si, feridas profundas que levarão muitos anos para cicatrizar. Apontamos como o pior deles o assassinato em massa de nossos parques recursos humanos que o País a duras penas conseguiu formar.

Através de demissões causadas pela recessão perdemos grande parte desta mão-de-obra tão difícil de ser repostada. Profissionais de altíssimo nível, como cientistas e professores saíram do País outros abandonaram suas profissões e foram para o mercado informal, executando tarefas para as quais não se exige mais do que uma instrução primária, como vender bebidas nas beiras das praias.

Depois de tudo isso, acrescido dos saques em supermercados, bem como da apresentação de um documento onde a CNI de-

monstrou o caos que ia se instalar no País depois de 31 de maio, com demissões em massa, devido ao número de falências e concordatas, o governo federal parou para pensar. O Presidente reuniu seus ministros e secretários e descobriu:

I- que produtos que não são fabricados não mantêm nível de emprego;

II- que se não são fabricados é porque não circulam e se não circulam não pagam taxas nem tributos;

III- como tem desemprego, aumenta a despesa com o salário-desemprego;

IV- que governo que não arrecada e gasta, emite moeda ou títulos públicos, vai ao mercado financeiro tomar empréstimo, e com isto paga elevados juros;

VI- os monopólios passam a investir no mercado financeiro, em vez da produção; ao reduzir a produção criam crise de oferta, logo, os preços sobem e o custo de vida também.

Felizmente, depois de rigorosa análise, o governo determinou a sua área econômica que urgencie planos para um desenvolvimento sustentado.

Os empresários também estão convidados a apresentar sugestões através de suas câmaras setoriais, qualquer que seja o plano, exige de todos nós, empresários e trabalhadores, cautela na busca dos resultados perdidos.

Temos que voltar a crescer, mas sem grande elevação da taxa de inflação, pois se isto acontecer, tudo será em vão.

Precisamos de elevada dose de espírito público para aproveitar a oportunidade que se nos apresentará. Dentro das boas relações existentes entre capital e trabalho, devemos mostrar ao resto do País que encaramos com seriedade que o momento exige.

Temos certeza que os trabalhadores e empresários, como parceiros do setor produtivo, saberão lutar unidos para tirar a Nação do atoleiro em que se encontra.

Nossas homenagens de hoje bem demonstram que possuímos os valores necessários para este mutirão, mutirão em favor do reerguimento da nossa economia, bastando para tanto a vontade política do Governo.

Façamos nossa parte para levantar o Brasil. (Termina de ler).

E isso, Senhores Deputados, fazemos a nossa parte para levantar o Brasil, e junto com todos os brasileiros, sejamos um Mauá, um Roberto Simonsen do Século XXI, o 3º milênio, para o bem do Brasil e felicidade geral da nossa gente!

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury): Para completar o Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO Senhor Presidente, Senhores Deputados; em 1º lugar eu quero agradecer ao Governo do Estado e à Diretoria do Banestado a publicação a partir de hoje, nos jornais do Paraná, de trezentas histórias de Curitiba.

O texto de lançamento usa muito o meu dialeto, a minha forma de expressão, inclusive alguns trechos de um livro antigo que eu escrevi quando eu era quase menino, chamado "Cada Um Cai do Bonde Como Pode". Um livro onde eu falava dos tipos populares desta nossa adorada Curitiba.

O arcabuz da miséria, o esmaga, a saúde, o pé espalhado, o barão do esgoto, o saca-rolhas, o Bataclã, todas as Marias da Cidade: a do Cavaquinho, a Sete, o Balão, a Marcha lenta, a pô de mico, e a polenta.

O livro fala do lobisomem do bairro do Tarumã, que acabou na cadeia, e dos suaves mistérios amorosos desta Cidade, das ruínas de São Francisco, das várzeas do Rio Barigüi, Juvevê, Bacacheri, Passaúna. Fala, sobremaneira, das histórias e dos dialetos de nós, os que somos curitibanos.

Tem razão o Banestado em exaltar a Cidade que nós amamos. Como teve razão o Governador Roberto Requião quando na ECO/URBS 92, citou Tolstoi, embora sua assessoria de imprensa tenha mandado "realease" para os jornais, dizendo que a frase era de MacLuhan; com a frase famosa de Tolstoi no romance Anna Karenina: "quem quer ser universal, canta a sua aldeia".

Agora, dentro dessa idéia, eu quero falar aos Deputados, ao Governador, à consciência do Paraná sobre a importância de Curitiba para a imagem do Governo do Estado, para a imagem do Paraná. Quero falar, sobremaneira, do uso descarado e reprovável do equipamento da TV Educativa do Estado para a produção de um vídeo difamatório contra Curitiba, com o qual, como se fosse um boitatã de esquina de cemitério, o PT e o PMDB estão acenando para a população da Cidade dizendo que vão fazê-lo distribuir entre os visitantes do Fórum Mundial de Cidades, que na tarde de hoje se abre, nesta Cidade.

Diz o anedotário da Boca Maldita que o Senhor Doático Santos foi visto colhendo ratos pelos bueiros da Cidade para espalhá-los, hoje, na abertura do Fórum Mundial de Cidades. Eu estou achando que ao invés de pôr ratos num saco o Sr. Doático Santos devia pôr um saco na cabeça e ir fantasiado de rato no saco, na Ópera de Arame, hoje, porque todos nós aplaudiríamos. Rato da cidade e da ópera, ele e o Presidente da Fundação de rádio e televisão do Paraná, Sr. Odenir Colombo, foram vistos na Rua 24 horas, domingo, dizendo que aquilo era mal, que era desperdício de dinheiro público. Como também foram vistos em alguma fimbria da cidade, flagrando

cenas de miséria e de desolação e sobretudo de esgoto a céu aberto. Este grande mal, que a SANEPAR deste Governo e do Governo Alvaro Dias, não têm se esforçado, nem um pouco em resolver.

Foi aí, que eu lembrei de uma história que contou minha sogra. Houve um francês, na metade dos anos 40, que veio para Curitiba. Visitou a nossa esplêndida Catedral, a Catedral projetada por arquiteto francês e por arquiteto alemão, por Afonso Conde de Plas e por Gustav Henning. Visitou a Biblioteca Pública, visitou a Praça Tira-dentes, era setembro, os ipês estavam floridos, e visitou sobremaneira a antiga Rua XV. Na Rua XV se deteve numa loja, dentre todas singular, a loja A Nacional, da família Requião de Mello e Silva.

Lá dentro, na vitrine, estavam as louças importadas, os móveis bonitos, os objetos de arte que D. Tuca, D. Luci e D. Luisa vendiam para todos nós, os curitibanos antigos. Era tão bonita a loja, de vitrine tão admirável que eu acho que era uma espécie de correlato para a Curitiba de então do que é hoje a Opera de Arame ou a Rua 24 horas. D. Luci Requião, D. Tuca e D. Luisa atendiam as pessoas refinadas, recebiam as listas de casamento, mostravam as louças inglesas, mostravam todos os sintomas de civilização, para os que passavam. Era a melhor loja da nossa rua principal, e a cidade era quase uma aldeia.

Esse francês foi depois levado à periferia do Rio Belém, porque a cidade não era grande e as várzeas do Rio Belém, aí para as bandas do que hoje é a Rodoferroviária, ou aqui para as bandas donde hoje é o Parque do Papa, aí onde era a Chácara do Júlio Garmatter, ali nos plátanos do Parque do Papa, elas já eram um pouco sujas, um pouco maltratadas em espaços de insalubridade. Mostraram para o francês a várzea e mostraram a loja da mãe e das tias do Requião. E o francês, quando voltou para a Europa, ao invés de se lembrar da várzea só se lembrou da loja. Escreveu, em bom francês: "- Bendita cidade que tem tão bonita loja, que tem uma rua principal tão importante, que tem uma catedral tão bem delineada, que tem um alinhamento tão correto".

O francês não votava em Curitiba, o francês estava na cidade de passeio, e preferiu a boa impressão do que a má impressão!

E nesse sentido que eu quero fazer a Assembléia do Paraná, na qualidade de representante do povo de Curitiba, o mais veemente apelo de condenação às pedradas que contra a cidade estes ratos políticos estejam tentando lançar, quebrando o Fórum Mundial de Cidades como espaço da discussão do que é excelente, do que é bom, do

que vale a pena! Não é um evento de propaganda, é um evento de traçar rumos! Não temos medo de que se mostre a nossa periferia, mesmo porque os reis da Suécia vão ser convidados a inaugurar uma Escola Integral, na periferia da cidade. Não temos medo de mostrar os nossos defeitos, temos, isto sim, é medo de descobrir que a nossa cidade, sendo achincalhada por nós mesmos, daqui a pouco não preste mais, a ponto de eu ser levado à loucura de dizer como historiador, que a loja da dona Luci, da dona Tuca e da dona Luiza não era bonita, sua vitrine não brilhava, as suas barras douradas não sinalizavam a passagem dos pedestres, a louça era ruim, os artigos não eram de qualidade, tudo era mal intencionado. Ninguém coloque cisco quando tem trava pendurada no pescoço, ensina a sabedoria cristã. Cisco, cisco de um saco de ratos jogado no Teatro da Opera, cisco com imagem de um pedaço ou outro da periferia que a SANEPAR não arrumou; cisco, quando a cidade toda brilha, brilha com um exemplo para o mundo, como cidade do primeiro mundo que se afirma, como cidade onde o Alvaro Dias escolheu viver, por que não ficou morando em Londrina por exemplo? Como cidade efetivamente que é a melhor do Brasil, a melhor que nós dispomos e que tenta desenvolver uma política ecológica.

Quem quer ser universal canta a sua aldeia, dois exemplos da ação de um mesmo Governo, um a favor da cidade e o outro contrário à cidade, foram mostrados aos Deputados hoje. O anúncio do BANESTADO de amor a Curitiba, todo ele brilhante, todo ele bem feito, todo ele fundamentado, todo ele empolgante, se contrapõe ao vício de ataque ao Jaime Lerner, mas que ao Jaime Lerner não será ataque, mas será de ataque a Curitiba.

São formas diversas de se usar o dinheiro público, a primeira é aceitável porque a memória serve, só para concluir Senhor Presidente, a segunda é condenável porque faz com que se perca a memória do que de bom os curitibanos, os brasileiros que aqui vivemos, aqui nascidos ou que aqui escolhemos viver, já conseguimos fazer. Não tem nenhum sentido sujar a imagem de Curitiba, porque jogar lama na imagem de Curitiba tem um equivalente, o equivalente de nós irmos, por exemplo, vomitar nas mesas do Palácio Iguazu durante o banquete aos reis da Suécia, para dizer que a comida do Requião não é de boa qualidade. Certamente Dona Fany e o Prefeito Jaime Lerner manterão a maior compostura de etiqueta e educação, salvas estão as toalhas brancas do Palácio Iguazu; já não se pode dizer o mesmo da reputação da nossa amada Curitiba. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Horário

das Lideranças.  
PFL. (Declina).  
PRN. (Declina).  
PMDB. (Declina).  
PSDB. (Declina).  
PTB. (Declina).  
PT. Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Concorde plenamente que o uso do dinheiro público para preservar a memória é aceitável; mas usar o dinheiro público para promoção pessoal, no caso do Ligeirinho, é inaceitável, como foi feito nas propagandas.

Quanto às histórias das ruas de Curitiba e histórias de Curitiba, da Maria Polenta e outras Marias, faz parte do livro de Valério Hoerner Júnior, publicado recentemente em nossa Capital, à venda nas livrarias da cidade, é fácil encontrar para ler, e vamos conhecer as histórias das ruas e das Marias e dos nossos fantasmas e de todos os lobisomens. E essa a história e está em qualquer livraria. Quanto ao que eu disse anteriormente no Pequeno Expediente, mantenho tudo, apesar do que tentou rechaçar o Vice-Prefeito de Curitiba, Algaci Túlio.

Quanto ao Fórum da Cidade, brevemente colocaremos a nossa posição: o Fórum da Cidade é importante para debater todos os problemas das nossas capitais a nível mundial - todos os problemas, mas, para debater, é necessário que todos tenham assento naquele local e naquele Fórum e naquela instância. E isso foi proposto ao Senhor Prefeito, mas não foi aceito pelo mesmo. Então o que resta, é tentar divulgar na imprensa qual é a realidade do nosso País.

Senhor Presidente, nesse horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, quero dizer que recentemente o Sindicato dos Trabalhadores do Tribunal de Justiça denunciaram que o Senhor Enéas Faria, hoje Senador, era fantasma naquele Tribunal. O Presidente do Tribunal reconheceu imediatamente e mandou suspender o salário, suspender, lógico, depois que assumiu o Senado porque continua pagando, como fantasma hoje filiado ao PST, quando poderia já não estar pagando há muito tempo. Tal Sindicato, em função disso, e de outros fantasmas, protocolou um Ofício no dia 12 de maio, solicitando ao Presidente do Tribunal de Justiça - Desembargador Luiz Renato Pedroso, que apurasse quantos outros fantasmas tinham, como: esposas, noras, sobrinhos, filhos, desembargadores. Com que objetivo o Sindicato fez isso? O único: defender o princípio da moralidade administrativa e o combate ao nepotismo, principalmente no Tribunal que deveria se pautar por isso não o pauta.

Existem inúmeros fantasmas, entre os quais um deles que é um arquiteto - Carlos Emiliano de França que na parte da manhã dá aula na PUC; na Universidade Federal e à tarde trabalha no seu escritório. São fantasmas que inclusive moram no interior. São fantasmas que, ilegalmente, como a Senhora Maria José Zappa - funcionária da Secretaria da Educação, colocada à disposição do Tribunal de Justiça - com carro e motorista para fazer compra - e nunca compareceu ao trabalho. Tendo inclusive já ganho na Justiça, pelo Poder Executivo, dizendo que ela deve voltar ao seu órgão de origem, e, continua não voltando, não trabalhando - com carro oficial e com motorista.

Não basta isto. Existem Desembargadores que já deviam estar aposentados, compulsoriamente e procuram mudar a data de nascimento para não se aposentar. Como é o caso do Senhor Osvaldo Espíndola. E esse é o Tribunal de Justiça que nós temos, que deve fazer com que a Justiça se cumpra no nosso Estado.

Mas, "preocupados em cumprir a Justiça", o Tribunal criou uma Comissão de Inquérito contra os Diretores do Sindicato que já provaram que Enéas Faria é fantasma; que já provaram que o arquiteto que eu citei o nome é fantasma e que já provaram porque o próprio Poder Executivo já provou, que a Senhora que eu citei o nome é fantasma. Vai punir os trabalhadores daquele Tribunal por terem denunciado nepotismo e irregularidade.

Como primeira punição, suspenderam os direitos deles direitos e ficaram à disposição do Sindicato. E agora abre-se a Comissão de Sindicância.

No sentido de ser claro na defesa da Justiça, na defesa da moralidade da coisa pública, e na defesa de que o Tribunal age com isenção, nós do PT entregamos à Mesa um requerimento solicitando ao Tribunal se há ou não esses fantasmas. Se existe, puna os responsáveis, se não existir, aí sim vá punir a direção do sindicato que é quem denunciou. Mas antes de punir a direção do sindicato, averigüe internamente essa situação colocada hoje no Tribunal de Justiça. Enquanto isso não ocorrer, não tem que punir ninguém por ter denunciado, porque o caos do Brasil é justamente esse, sempre que se denuncia qualquer falcatura, qualquer corrupção, qualquer nepotismo, o denunciante é quem é acusado e é quem vai pagar a pena. E nunca vai se apurar se realmente o sujeito é corrupto, se o sujeito é fantasma. Nós queremos isto aprovado, este requerimento para que não ocorra injustiça, que com isenção o Tribunal de Justiça averigüe os fatos e depois puna os responsáveis, é isso que nós queremos.

O Sr. Colombino Grassano (Aparte) - Vossa Excelência, Senhor Deputado, está agredindo um outro Poder. Um Poder que devemos respeitar, um Poder onde repousa a esperança do brasileiro no julgamento das suas causas, dos seus direitos, da defesa do seu patrimônio, da sua honra, da sua dignidade. É lamentável a forma com que Vossa Excelência se expressa nesta tarde nesta Assembléia Legislativa, porque nós não gostaríamos que nenhum dos desembargadores se manifestassem com relação ao Poder Legislativo com a mesma veemência e com os termos os mais injuriosos proferidos por Vossa Excelência, seria a ofensa a um Poder como o nosso, que quer se preservar, um Poder que quer se afirmar perante a opinião pública paranaense, como uma Assembléia Legislativa responsável, onde a sua atuação tem que ser, se não perfeita, mas aproximar-se da perfeição. Tais ataques a um outro Poder, e ontem mesmo o Senhor Presidente desta Casa indeferiu um requerimento de autoria da Bancada de Vossa Excelência, onde queria interferir na decisão de um outro Poder, assim agiu o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa para manter a harmonia entre os Poderes, e mais do que harmonia, a sua independência. Eu rechaço as expressões dadas por Vossa Excelência ao Poder Judiciário, se alguma coisa estiver errada, que o Poder Judiciário corrija, mas que não parta desta Assembléia Legislativa qualquer insinuação ou qualquer interferência na condução dos problemas e da administração do Poder Judiciário.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Deputado Colombino Grassano, em momento nenhum eu agredi o Poder Judiciário. Eu cobro do Poder Judiciário a justiça. Dizer que Enéas Faria é fantasma não é agressão, o próprio Tribunal suspendeu o pagamento, porque constatou que ele era fantasma. Dizer que o arquiteto Carlos Emiliano de França é fantasma está provado, não estou agredindo, estou pedindo que se apure seriamente e puna o fantasma e o responsável por mantê-lo. Não é agressão ao Poder Judiciário, não é desrespeito ao Poder Judiciário, é cobrar justiça do Poder Judiciário. E acho que se todos nós cobrássemos justiça de todos os Poderes, o País hoje seria muito diferente e melhor do que é, porque calar a boca, fechar os olhos e tapar os ouvidos é um grande mal da população e da sociedade, todos aqui devíamos abrir os olhos, abrir os ouvidos e abrir a boca e gritar, se for possível.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, solicitando dispensa do seu comparecimento na Sessão Plenária do dia 28 do corrente mês, em função de viagem a Foz do Iguaçu.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de Resolução em número de 02 (dois), de autoria da Comissão Executiva, devidamente apoiados, constantes do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

### VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/91, de autoria do Deputado JOSE ALVES, que autoriza o Poder Executivo a realizar procedimentos para construção de Rodovia interligando Maringá a Faxinal dos Mendes, no Município de Tibagi. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F.. Com EMENDA da C.C.J., EMENDA DE PLENARIO com PARECER FAVORÁVEL da C.F..

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI Nº 529/91 E EMENDA

P A R E C E R:

AUTOR: Deputado José Alves

SOMULA: Autoriza o Poder Executivo a realizar procedimentos para a construção de Rodovia interligando Maringá a Faxinal dos Mendes, no Município de Tibagi.

O Plano de Lei, em espécie, logrou PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Preenchendo requisitos constitucionais, legais, e regimentais, não vemos óbices à sua normal tramitação.

E o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

Emenda da C.C.J. tem preferência regimental para votação, ficando prejudicadas as demais emendas. Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão.

O SR. DR. ROSINHA - Com o voto contrário da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já mandei anotar por antecipação. Emenda da C.C.J.. Os Senhores Deputados

dos que aprovam a Emenda da C.C.J. e consideram prejudicada a emenda de Plenário conservem-se como estão. APROVADO. O Projeto irá à 3ª votação.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/92, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 23/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme anexo I desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.92 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 112/92

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei é oriundo da Mensagem Governamental nº 23/92 e tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Após minuciosa análise, constatamos não existir nenhum óbice de natureza legal, constitucional ou regimental.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 112/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 23/92, o presente Plano de Lei objetiva aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), ao atual orçamento do Tribunal de Alçada, aprovado pela Lei Estadual nº 9883/91, visando atender despesas com aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

A presente matéria passou pelo grifo das Comissões de Constituição e Justiça e Orçamento, no tocante ao aspecto legal, constitucional e de mérito, recebendo destas parecer favorável.

Assim sendo, cabe a esta Comissão opinar conforme lhe preceitua o § 3º do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.92.

Curitiba, quarta, em 27.05.92

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 112/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 23/92, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de cruzeiros), ao orçamento do Tribunal de Alçada.

Ao indicar como fonte de recurso para a cobertura do respectivo crédito, igual importância proveniente do cancelamento de dotação do próprio órgão, a autorização está atendendo às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária.

Posto isto, somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

CLEITON KIELSE

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/92, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 25/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.135.649.000,00 (um bilhão, cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.92 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 114/92

P A R E C E R:

Veio a esta Assembléia a Mensagem Governamental, sob nº 25/92, que objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.135.649.000,00, ao orçamento próprio da FESTUR, visando atender despesas que especifica.

Os recursos para a cobertura da referida programação, são decorrentes de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial no exercício de 1991, da referida FESTUR.

A matéria como posta atende aos requisitos de ordem constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua apreciação pelo Plenário.

E o nosso parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

COLOMBINO GRASSANO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 114/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 25/92, o presente Plano de Lei objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.135.649.000,00 (um bilhão, cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil cruzeiros) ao atual orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883/91, visando atender despesas com materiais esportivos, bolsa auxílio à atletas, convênios com municípios, aquisição de material permanente e equipamentos.

A presente matéria passou pelos grifos das Comissões de Constituição e Justiça e Orçamento, no tocante ao aspecto legal, constitucional e de mérito, recebendo destas parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 114/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei oriundo da Mensagem Governamental nº 25/82, aprova um crédito suplementar no montante de Cr\$ 1.135.649.000,00 (um bilhão, cento e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e nove mil cruzeiros), ao orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR.

Ao indicar como fonte de recurso para a cobertura do crédito igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial no exercício de 1991, da referida entidade, a autorização está atendendo aos dispositivos legais e constitucionais que disciplinam a matéria orçamentária.

Posto isto, somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

CLEITON KIELSE

Relator

116/92, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 027/92, que fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 116/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 27/92, tem como objetivo aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, aprovados pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, ficando procedida a conversão de fontes, conforme Anexo I desta Lei.

Após estudos, não encontramos óbice algum, quer de ordem legal, constitucional ou regimental.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

NELSON JUSTUS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 116/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 27/92, o presente Plano de Lei objetiva aprovação de um crédito suplementar, no valor de Cr\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros) aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois óbice de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente Plano de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 116/92

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº



P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 27/92, aprova um crédito suplementar no montante de Cr\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A iniciativa atende aos dispositivos legais, regimentais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, pois indica como fonte de recurso igual importância proveniente de cancelamento de dotações das próprias entidades, conforme especifica.

Posto isto, somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

CLEITON KIELSE

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei nº 120/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 31/92, que fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.614.000,00 (vinte milhões, seiscentos e quatorze mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Biblioteca Pública do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 120/92

ORIUNDO DA MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 31/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 120/92, oriundo da Mensagem Governamental nº 31/92, tem por finalidade a aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.614.000,00 (vinte milhões, seiscentos e quatorze mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Biblioteca Pública do Paraná, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991.

Da análise do referido projeto, uma vez que não há nenhum óbice de natureza regimental, constitucional ou legal, opinamos FAVORAVELMENTE.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 120/92

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 31/92, tem por finalidade aprovar um crê-

dito suplementar no valor de Cr\$ 20.614.000,00 (vinte milhões, seiscentos e quatorze mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Biblioteca Pública do Paraná, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

A presente proposta foi analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, que em seu Parecer, manifestou-se FAVORAVELMENTE à sua aprovação.

No âmbito desta Comissão não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORAVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 120/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo de Mensagem do Poder Executivo nº 31/92, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.614.000,00 (vinte milhões, seiscentos e quatorze mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Biblioteca Pública do Paraná.

Atendendo à previsão do art. 135, V da Constituição Estadual, indica como fonte de recurso para cobertura do referido crédito, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da entidade no exercício de 1991.

Posto isto, somos de parecer FAVORAVEL à aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 21.05.92.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

HEINZ HERWIG

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto e Lei nº 121/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 32/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 53, de 06.05.92 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 121/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 32/92, chega à esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe

que visa aprovar um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

Analisando-se a matéria sob os aspectos legal e constitucional, nada há que obste sua tramitação, por não se encontrar qualquer irregularidade.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à sua tramitação e consequente aprovação.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 121/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 032/92, o Projeto de Lei nº 121/92, objetiva a aprovação de um crédito suplementar ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, no montante de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), conforme anexo à lei.

É certo que o Projeto de Lei em análise cita a fonte de recursos deste suplemento.

A vista da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, a proposta recebeu parecer favorável, quanto a sua legalidade.

Chamada a opinar, essa Comissão de Finanças entende serem corretas as reivindicações e emite parecer favorável à continuidade de tramitação da matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 20.05.92.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI Nº 121/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem do Poder Executivo nº 32/92, aprova um crédito suplementar no montante de Cr\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura.

A iniciativa atende aos dispositivos legais, regimentais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, pois indica como fonte de recurso igual importância proveniente de cancelamentos de dotações da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, conforme especifica.

Posto isto, somos de parecer FAVORÁVEL à aprovação do presente Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 21.05.92.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

HEINZ HERWIG

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 779, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 807, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 800, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 801 e 802, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 803 e 804, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 815, de autoria do Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 805, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 806 e 808, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 813, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 814, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente.- Aprovado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Senhor Presidente e Senhores Deputados, a Faculdade, Fundação Faculdade de Pato Branco do nosso Estado realizou um excelentíssimo trabalho através de seus estudantes na reserva indígena de Mangueirinha, no Sudoeste do Paraná. A reserva indígena de Mangueirinha do Paraná é uma reserva quase que totalmente coberta por pinheiros e considerada a maior reserva do mundo de araucárias em área contínua. Um trabalho muito importante da vegetação realizado, de pesquisa, um estudo sobre a

própria Araucária, sobre a vida dos índios naquela região; um trabalho muito longo foi feito pela Fundação Faculdade de Pato Branco, Faculdade de Ciências Humanas de Pato Branco e Fundação de Ensino Superior de Pato Branco. Esse trabalho foi realizado através de trabalhos e pesquisas internas lá na reserva indígena, na reserva de Araucária; bem como, fitas de vídeo, fotografias e inúmeras espécies e a Fundação está querendo agora, em função da Eco/92, levar à Exposição no Rio de Janeiro esse trabalho interessantíssimo para o Paraná, durante a realização da Eco/92.

A Fundação enviou à Secretaria de Ciência Tecnologia e Ensino Superior, um projeto solicitando partes de verbas para a despesa das pessoas que irão representar a Fundação na Eco 92 e solicitando então liberação de verbas nesse sentido. Entendemos da maior importância porque é o Paraná que estará sendo levado para o mundo inteiro, e também estarão sendo levadas amostras do que representa a Araucária, o Pinheiro do Paraná, símbolo do nosso Estado. Portanto entendemos ser de suma importância, que a Secretaria de Estado de Ensino Superior empenhe-se neste sentido, e ao mesmo tempo que encaminhamos o requerimento gostaríamos de solicitar ao nobre Líder do Governo, que hoje está representado aqui pelo Deputado Renato Adur, que faça o empenho junto ao Secretário Maurício Fruet, na liberação deste projeto que em muito beneficiará o Paraná, a região Sudoeste, a Reserva Indígena de Mangueirinha e a reserva de Araucárias do mundo, que está em nosso Estado no Sudoeste do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. APROVADO.

Requerimento de nº 811, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente.- Em discussão.

Retiradas as palavras ao Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, que a justiça não negocia, a justiça julga, eu submeto o requerimento a votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 812, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 784, de autoria do

Senhor Deputado Colombino Grassano, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Justus, Mário Bezerra, Ovídio Constantino e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 809, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 818, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Doutor Rosinha, constante do expediente.- Não recebido pela Mesa.

Deixo de receber o requerimento, pois trata-se de interferência indebita no Poder Judiciário. Quanto ao desembargador Renato Pedroso, Chefe do Poder Judiciário, devo dizer a esta Casa que se trata de um dos homens mais dignos e honrados de vida pública que eu conheço até hoje. Ele é incapaz de praticar qualquer injustiça, muito menos punindo funcionários que não sejam faltosos ou que tenham faltado com decoro, e a mim pessoalmente me repugna essa delação de funcionários contra funcionários.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, nós solicitamos que seja colocado o Requerimento em votação, uma vez que nós não estamos agredindo o Tribunal de Justiça, nós não estamos ofendendo nenhum Desembargador, mas sim, solicitando que sejam apuradas essas denúncias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem memória curta. Acabou de agredir o Tribunal de Justiça, inclusive um Desembargador, que disse que teria idade para se aposentar e que não se aposentou. A Mesa, a Assembléia não têm interesse em entrar em conflito com o Poder Judiciário e nem com o Poder Executivo. Nós seguimos a máxima de Montesquieu: Há que ter respeito mútuo entre os Poderes.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Cumprimento V.Exa. pela decisão enérgica, firme, que só poderia partir dessa Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado. A decisão é definitiva e irrecorrível. A Mesa comunica que o egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, por unanimidade de votos, resolveu marcar eleições para 48 municípios criados por esta Casa. A relação está de posse da Mesa e os Senhores Deputados que quiserem a cópia da Resolução, do Acórdão, está sobre a Mesa e nossos funcionários farão a entrega.

Amanhã, às 14:30, a Assembléia fará uma Sessão lançamento do livro "Bahá'u'll-

lâh", em comemoração ao Centenário de falecimento desse grande educador da humanidade, a se realizar dia 28, às 14:30, no Plenário desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, à hora regimental, uma Sessão selene, do lançamento do livro de "Bahá'u'lláh", em comemoração ao centenário de falecimento deste grande educador da humanidade, marcando ainda, uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 1º, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/91.

- 2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 112/92, 114/92, 116/92, 120/92, 121/92.

Marca ainda, para logo após o término da Sessão Ordinária, uma Sessão Extraordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74/92.

Levanta-se a sessão.